

Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma

1 Informações sobre a Companhia

A Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como Companhia, Controladora ou Suzano) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada em Salvador, Bahia. A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. que detém 95,5% das ações ordinárias do seu capital social.

A Companhia e suas controladas, têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.

A Companhia possui unidades fabris nos Estados da Bahia, Maranhão e São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é feita através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas no exterior.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia comunicou o início das operações da sua nova unidade de produção de celulose, em Imperatriz, no Maranhão com a produção do primeiro fardo de celulose, já certificado pelo FSC e conforme cronograma previsto. A nova unidade no Maranhão tem capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas/ano de celulose de mercado de eucalipto e geração excedente de energia de 100 MW. A estimativa de produção na unidade em 2014 é de cerca de 1,1 milhão de toneladas.

1.1 Principais eventos ocorridos nos exercícios de 2013 e 2012

a) Aumento de Capital em decorrência de conversão das debêntures da 5ª emissão da Companhia

Em decorrência do vencimento das debêntures de 5ª emissão da Companhia, ocorrido no dia 16 de dezembro de 2013, foram convertidas o total das 293 (duzentos e noventa e três) debêntures remanescentes da 1ª série e das 585 (quinhentos e oitenta e cinco) debêntures remanescentes da 2ª série representado pela emissão de 20.468 (vinte mil, quatrocentos e sessenta e oito) ações ordinárias e 40.896 (quarenta mil oitocentos e noventa e seis) ações preferenciais classe A, ao preço unitário de R\$17,04 (dezessete reais e quatro centavos) e R\$17,01 (dezessete reais e um centavo), respectivamente, totalizando R\$1.044.

b) Alienação da participação da Suzano, através de sociedade sob seu controle, no Consórcio Capim Branco Energia ("Consórcio")

Em 28 de maio de 2013, a Companhia concluiu o processo de alienação do Consórcio. O valor obtido na alienação foi de R\$314.370, após retenções por contingências passivas e condições negociadas, auferindo o resultado de R\$124.835 (Nota 25).

c) Suspensão de Projetos: Nova Unidade de Celulose no Piauí ("Projeto Piauí") e Suzano Energia Renovável Ltda. ("SER")

Em 12 de março de 2013, a Companhia em cumprimento ao disposto no artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada,

comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que decidiu suspender, por tempo indeterminado, a implantação da SER, unidade de produção de *pellets* de madeira, e de uma nova unidade industrial de produção de celulose no Estado do Piauí.

Em consequência dos eventos acima que alteraram as circunstâncias e probabilidade de recuperação dos investimentos realizados nesses projetos, a Companhia reconheceu no resultado Consolidado, as perdas relacionadas aos investimentos no montante de R\$60.877, registrados na rubrica de Outras Receitas Operacionais, líquidas.

A Companhia mantém seu compromisso, junto a SER, de realizar os investimentos necessários à manutenção das florestas implementadas e das terras adquiridas.

d) Programa de Recompra de Ações Preferenciais Classe A de emissão da Companhia ("Programa")

Em 21 de fevereiro de 2013, o Programa aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia foi finalizado. Foram adquiridas 12.000 mil ações preferenciais classe A pelo montante total de R\$84.835, sendo R\$46.117 adquirido até 31 de dezembro de 2012 e R\$38.718 entre janeiro e fevereiro de 2013. As aquisições de ações foram realizadas em consonância com o Programa aprovado pelo Conselho de Administração e atendendo as normas legais aplicáveis.

As ações adquiridas no âmbito do Programa serão mantidas em tesouraria para atender aos beneficiários dos planos de opções de compras de ações, bem como, contrapartida ao plano de incentivos de longo prazo da Companhia.

e) 3ª Emissão de Debêntures

Nos trimestres findos em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2012, o nível máximo de alavancagem foi ultrapassado. Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 20 de dezembro de 2012, 100% dos debenturistas da 2ª série aprovaram a concessão de renúncia ao direito que lhes é garantido pela escritura de emissão de declarar o vencimento antecipado das debêntures em caso de eventual descumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*") por dois trimestres consecutivos. Tal renúncia irá vigorar até o segundo trimestre de 2014, quando então a Companhia deve voltar a observar o referido nível máximo de alavancagem. Para tanto, a Companhia pagou aos debenturistas da 2ª série, em 3 de janeiro de 2013, um prêmio equivalente a 0,50% do valor atualizado das Debêntures, no montante de R\$604.

Com relação aos debenturistas detentores da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, o pedido de renúncia ("*waiver*") preventiva não foi concedido, pois não houve consenso quanto ao valor do prêmio a ser pago pela Companhia no caso de rompimento dos *covenants*, a Companhia exerceu em 9 de abril de 2013 a opção de pré-pagar a dívida cujo valor total foi de R\$585.969.

f) Aumento de Capital em decorrência de conversão de debêntures da 4ª e 5ª emissão da Companhia

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração homologou o aumento do capital social da Companhia, representado pela emissão de 111.482 mil ações ordinárias e 221.461 mil ações

preferenciais classe A, ao preço unitário de R\$4,00 (quatro reais) totalizando R\$1.331.771, em decorrência de solicitações de conversão de: (a) 8.681 debêntures da 1ª série (mediante emissão de 891 mil ações ordinárias) e 17.361 debêntures da 2ª série (mediante emissão de 1.782 mil ações preferenciais classe A) da 4ª emissão de debêntures da Companhia e (b) 401.526 debêntures da 1ª série (mediante emissão de 110.591 mil ações ordinárias) e 797.596 debêntures da 2ª série (mediante emissão de 219.679 mil ações preferenciais classe A) da 5ª emissão de debêntures da Companhia, realizadas desde 28 de junho de 2012, conforme previsto nos instrumentos de escritura da 4ª e 5ª emissão de debêntures da Companhia.

g) Oferta Pública Primária de emissão de Ações (“Oferta de Ações”)

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, o processo de Oferta Pública Primária de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais classe “A” e “B” da Companhia, foi concluído e o preço de emissão para cada tipo de ação foi de R\$4,00 (quatro reais), sendo emitidas o total de 119.606 mil ações ordinárias nominativas, 246.222 mil ações preferenciais classe A e 15 mil ações preferenciais classe B, todas escriturais, totalizando um aumento de capital de R\$1.463.369 liquidado em moeda nacional. Os custos incorridos com esta transação totalizaram o montante de R\$15.442 e foram registrados em conta específica no Patrimônio Líquido.

h) Parada não programada – Unidade Mucuri - BA

Em 2013 não houve parada não programada relevante. Em 10 de fevereiro de 2012, a Companhia anunciou parada não programada na caldeira de recuperação da linha 2 na Unidade de Mucuri - BA ao longo do mês de Janeiro. A perda de produção total estimada foi de 50 mil toneladas, ou seja, 2,6% da capacidade de produção anual da Companhia, sendo parcialmente recuperada durante os meses subsequentes.

2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para

demonstrações contábeis separadas em função da avaliação de investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Com a adoção do CPC 19 (R2) - Acordo Contratual Conjunto (IFRS 11) desde 1º de janeiro de 2013, os investimentos com esta natureza são classificados em Operações em conjunto (*“joint operations”*) onde os ativos, passivos, receitas e despesas são contabilizados na entidade que participa do acordo na proporção de seus direitos e obrigações e em Empreendimento controlado em conjunto (*“joint ventures”*) onde a participação da entidade deve ser contabilizada pelo método de equivalência patrimonial e apresentado na rubrica Investimentos.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014.

2.2 Normas publicadas ainda não vigentes

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas emitidas pelo IASB e/ou pelo CPC não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

IFRIC 21 Taxações, consiste em uma interpretação do IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, classifica as taxas exigidas pelo Governo por meio de legislação, esclarece sobre os eventos que dão origem à responsabilidade de pagamento e o momento em que a obrigação deve ser reconhecida. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Até 31 de dezembro de 2013, o CPC ainda não havia emitido pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que visa simplificar o modelo de mensuração e estabelece duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo, a determinação é realizada no reconhecimento inicial e a base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. O IFRS 9 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas, interpretações e/ou alterações de normas que a Companhia espera que possa gerar impacto relevante decorrente da aplicação em suas demonstrações contábeis.

2.3 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, operações em conjunto, além dos fundos de investimento exclusivo (Nota 5).

A data-base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com as da Companhia.

As taxas utilizadas na conversão das demonstrações contábeis das controladas no exterior, para a moeda de apresentação das demonstrações contábeis, estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa final		Taxa média	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	2,3426	2,0435	2,1576	1,9531
CHF	Franco Suíço	Suíça	2,6304	2,2324	2,3300	2,0822
EUR	Euro	União Européia	3,2265	2,6954	2,8675	2,5093
GBP	Libra Esterlina	Reino Unido	3,8728	3,3031	3,3777	3,0961
ARS	Peso	Argentina	0,3593	0,4158	0,3898	0,4262

Desde 1º de janeiro de 2013, a empresa Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. (“Asapir”) foi avaliada como uma operação em conjunto (*joint operation*), de acordo com o IFRS 11 e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, que determina que os ativos e passivos, receitas e despesas advindos da operação em conjunto devem ser contabilizados na entidade que participa na operação em conjunto na parcela de sua participação. Essa alteração na classificação dos investimentos como operações em conjunto (*joint operation*) não trouxe alteração sobre os saldos consolidados da Companhia em comparação ao método de consolidação proporcional permitida pela norma até 31 de dezembro de 2012.

2.4 Ofício de Alerta CVM/SEP/GEA-5/nº 002/2013 recebido em 18 de Janeiro de 2013 referente a 5ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações

Em 19 de Outubro de 2012, a Companhia recebeu Ofício CVM/SEP/GEA-5/nº 339/2012 solicitando manifestação sobre as políticas contábeis utilizadas no registro da 5ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações.

Em atendimento ao Ofício, em 14 de novembro de 2012, foram prestadas todas as informações que a Companhia considerou relevante para um adequado entendimento das políticas contábeis aplicadas no registro desta transação e, conforme solicitado no Ofício, a resposta da Companhia foi acompanhada da manifestação dos auditores externos responsáveis por emitir o relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como, dos atuais auditores externos, que foram responsáveis pela emissão dos relatórios de revisão trimestral dos trimestres findos durante o exercício de 2012.

Em 18 de janeiro de 2013, a Companhia recebeu o Ofício de Alerta CVM/SEP/GEA-5/nº 002/2013, onde a CVM expressou seu entendimento a respeito do registro das debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, os quais estão comentados a seguir.

A escritura de debêntures previa a conversão do principal da dívida por um montante fixo de ações, com base num preço de conversão também fixo. A única situação em que essa conversão fixa poderia ser alterada seria no caso de ocorrer um evento de vencimento antecipado das debêntures. Em ocorrendo o vencimento antecipado, as debêntures poderiam ser convertidas pelo valor de mercado das ações na data da conversão.

A escritura de debêntures determinava como um dos eventos de vencimento antecipado a colocação de uma oferta pública de emissões de ações da Companhia, que nesse caso proporcionava aos debenturistas o direito de converter pelo mesmo preço de oferta dessa emissão. No entendimento da CVM, essas cláusulas constituem indicativos de que o preço de conversão não era fixo em qualquer circunstância, o que necessariamente influiria no número de ações a serem emitidas, portanto, tornando esse número variável, e o instrumento financeiro seria, portanto, um passivo financeiro. A Administração da Companhia julgou na época da emissão das debêntures mandatoriamente conversíveis que a decisão de efetuar ou não uma oferta primária de ações estava sob seu controle e que, no caso de emissão de novos instrumentos patrimoniais como de fato ocorreu com a Oferta de Ações, a variabilidade do número de ações exercia uma característica exclusiva de anti-diluição, visto que não seria aplicada em outras situações como, por exemplo, situações de volatilidade no preço da ação.

A aplicação do tratamento contábil previsto pelo Ofício resultaria em 31 de dezembro de 2011 na redução do patrimônio líquido no montante total de R\$1.146.009, incremento no passivo não circulante da controladora e do consolidado no montante de R\$1.146.365, incremento nas despesas financeiras da controladora e do consolidado relacionado a juros e ao derivativo embutido no montante total de R\$11.631, com impacto líquido negativo no resultado líquido do exercício findo naquela data no montante de R\$7.676. Não haveria alterações no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 devido à transação da 5ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações já terem sido, substancialmente, liquidadas em virtude da conversão dessas debêntures em ações quando da Oferta de Ações realizada durante o exercício de 2012. As despesas financeiras da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 seriam incrementadas no montante de R\$18.669, com impacto negativo líquido no resultado do exercício de R\$12.322.

Enfatizamos que o entendimento acima não produz efeito em relação à forma de liquidação deste passivo financeiro, o qual ocorre somente através da conversão dessas debêntures em ações da Companhia, como de fato ocorreu com a Oferta de Ações estruturada pela Companhia.

3 Práticas Contábeis

Estas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas com práticas contábeis consistentes.

3.1. Apuração do resultado

As receitas operacionais de vendas dos produtos estão sendo apresentadas líquidas, excluindo os impostos e os descontos incidentes sobre as vendas. A receita operacional dos produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais envolvimento com o produto vendido e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3.2. Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

- a) Investimentos, moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis das controladas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos no resultado da Controladora na proporção da participação do investimento.

- b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o “*hedge accounting*” previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

3.3.1. Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

b) Empréstimos (concedidos) e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

3.3.2. Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3.3. Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. As aplicações desta categoria são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.5. Contas a receber de clientes

Classificadas na categoria de instrumentos financeiros “empréstimos (concedidos) e recebíveis”, estão apresentadas a valores de realização, com atualização cambial quando denominadas em moeda estrangeira e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

3.6. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio das compras e o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. São constituídas provisões para perdas nos estoques quando consideradas necessárias pela Administração.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é seu valor justo acrescido das despesas para trazê-los em suas localizações e condições existentes.

3.7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto de reflorestamento e são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento de corte.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas de volume cúbico de madeira esperada por ano de plantio, custos de formação e das terras. O preço de venda do eucalipto utilizado no cálculo foi baseado em pesquisas especializadas para cada região e em transações realizadas pela Companhia com terceiros independentes. O resultado das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado anualmente.

3.8. Imobilizado e arrendamento mercantil financeiro

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ativos oriundos de contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item (Nota 15) e os itens arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia realizou a revisão da vida útil dos ativos e não identificou ajustes relevantes na vida útil econômica estimada de cada item.

Gastos com manutenção e reparos que não aumentam significativamente a vida útil desses ativos são contabilizados como despesas quando incorridos.

3.9. Intangível

Ágio: O ágio é a diferença positiva entre o custo de aquisição e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos de uma entidade. O ágio é submetido a teste anual de recuperabilidade (*impairment*) para verificar eventuais perdas, as quais quando reconhecidas, não são revertidas.

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas: Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.10. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12. Passivos atuariais

Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de “Despesas Financeiras”.

3.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.14. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSLL”)

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o IRPJ e a CSLL, compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.16. Pagamentos baseados em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos i) e ii) são inicialmente reconhecidas no resultado como despesas administrativas em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é remensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada “Reserva de opção de compra de ações”. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.17. Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

A proposta de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aprovada pela Administração da Companhia é registrada como passivo na rubrica de “Dividendos e JCP a pagar”, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos propostos” no patrimônio líquido.

3.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é

calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.19. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e premissas, derivadas de experiência histórica e de análise dos fatores relevantes pela Administração, classificadas como sendo as que podem gerar riscos significativos de provocar ajustes materiais nas demonstrações contábeis ao longo dos próximos exercícios sociais, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Estimativa / Premissa	Nota
Determinação de técnicas de avaliação e premissas baseadas nas condições de mercado para mensuração de valor justo e análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros	4
Cálculo da provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	6
Cálculo da provisão de perdas nos estoques	7
Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos referente a diferenças temporárias e prejuízos fiscais	8
Taxas e prazos aplicados no cálculo do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos	6 e 9
Premissas e julgamentos utilizados na determinação do valor justo de ativos biológicos	11
Cálculo da provisão de perdas em investimentos	14
Seleção de vida útil e análise da capacidade de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis	15 e 16
Mensuração do valor julgado suficiente pela Administração para constituição de provisão de contingências de perda possível e provável	19
Premissas e taxas utilizadas para constituição da provisão de obrigações decorrentes de planos de benefícios	20
Mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações	22

3.20. Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.21. Ativos não circulantes para venda e operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo como ativo não circulante mantido para venda somente se houver disponibilidade imediata para venda em suas condições atuais, sua alienação for altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado estiver comprometido com o plano de venda e ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano.

O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, com exceção do que é permitido pela norma, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o mesmo possa ser abandonado.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Quando classificados como mantidos para venda, Intangíveis e Imobilizados não são amortizáveis ou depreciables.

3.22 Reclassificações

Para melhor atendimento do CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e do ICPC 09 (R1) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia revisou a apresentação dos lucros não realizados nas transações ascendentes (*up-stream*), onde uma controlada ou coligada realiza uma transação de venda com a controladora, e as descendentes (*downstream*) quando a controladora realiza transações de venda com suas controladas e coligadas.

Em 31 de dezembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$121.814 (R\$78.976 em 31 de dezembro de 2011) do Passivo Circulante para Investimentos e, nos casos onde o investimento devido a esta revisão do critério tornou-se negativo, está sendo apresentado no Passivo Não Circulante na rubrica de Provisão para Perda em Investimentos em Controladas nas demonstrações contábeis individuais da Companhia. Nesse mesmo exercício findo, na demonstração do resultado do exercício da Controladora, foi reclassificado o montante de (R\$16.347) (R\$7.562 em 31 de dezembro de 2011) de Receita de Vendas, Custo dos Produtos Vendidos e Despesas com Vendas para a rubrica de Resultado de Equivalência Patrimonial, referente ao lucro não realizado das transações descendentes.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$26.491 (R\$23.497 em 31 de dezembro de 2011) foi reclassificado de Outras despesas operacionais para Resultado de equivalência patrimonial relativo às transações ascendentes de arrendamento mercantil de terras.

4. Instrumentos Financeiros

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

a) Visão geral

A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não (“riscos de mercado”) aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Suzano estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) mensuração e comunicação dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A avaliação e controle das exposições em risco são feitos com o auxílio de sistemas operacionais integrados, com devida segregação de funções nas reconciliações com as contrapartes.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de mercado e oscilações de preços de insumos;
- Risco de taxas de juros;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas

demonstrações do resultado dos exercícios da Controladora e consolidadas, e apresentados na Nota 27.

b) Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia e apresentadas abaixo. Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e bancos	5	35.532	18.257	1.073.027	605.566
Aplicações financeiras	5	2.341.472	3.163.713	2.345.458	3.195.931
Fundos Exclusivos	5	271.155	536.111	271.155	536.111
Ganhos não realizados em operações com derivativos	4	2.534	290	35.980	26.160
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	6	2.760.655	1.862.195	1.474.141	1.102.676
Passivo					
Passivo pelo custo amortizável					
Contas a pagar a fornecedores		857.227	858.448	876.556	875.648
Financiamentos e Empréstimos	17	11.205.065	8.628.485	12.743.329	10.017.275
Debêntures	18	133.656	701.829	133.656	701.829
Valor justo por meio do resultado					
Perdas não realizadas em operações com derivativos	4	29.868	38.187	33.039	41.737

4.2 Valor justo versus valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da BM&FBovespa e ANBIMA para operações de taxas de juros em reais, e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para operações de taxa *Libor*. O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da BM&FBovespa.

O valor justo da dívida decorrente da 2ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário publicadas pela ANBIMA nas datas dos balanços. Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreçamento de opções, como *Black & Scholes* e *Garman-Kolhagen*, e estimativas de valores descontados de

fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, junto aos principais participantes deste mercado. Por fim, o valor justo dos contratos para fixação de preços de petróleo é obtido com base nas cotações da *New York Mercantile Exchange* (NYMEX).

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.689.640	3.689.640	4.337.608	4.337.608
Ganhos não realizados em operações com derivativos (circulante e não circulante)	35.980	35.980	26.160	26.160
Contas a receber de clientes	1.474.141	1.474.141	1.102.676	1.102.676
Passivo				
Contas a pagar a fornecedores	876.556	876.556	875.648	875.648
Financiamentos e Empréstimos (circulante e não circulante)	12.743.329	13.672.655	10.017.275	9.816.833
Debêntures (circulante e não circulante)	133.656	178.862	701.829	806.453
Perdas não realizadas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	33.039	33.039	41.737	41.737

4.3 Risco de crédito

As políticas de vendas e de crédito, determinadas pela Administração da Companhia e de suas subsidiárias, visam minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos que mitiguem os riscos de crédito, principalmente a apólice de seguro de crédito de exportações.

As demandas de crédito a clientes são devidamente avaliadas através de um modelo de análise de crédito com aspectos qualitativos e quantitativos para atribuição do limite de crédito, sendo submetidos à aprovação da diretoria.

A Companhia provisiona todos os títulos de clientes em aberto vencidos há mais de 90 dias e não renegociados, desde que não existam garantias reais. Também são provisionados os títulos em aberto de clientes que entrarem em recuperação judicial.

A fim de mitigar o risco de crédito, as operações financeiras realizadas pela Suzano estão diversificadas entre os bancos, concentrando mais de 95% das operações em bancos com *rating* AAA nas principais agências de classificação de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis estão apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos					
Caixa e bancos	5	35.532	18.257	1.073.027	605.566
Aplicações financeiras	5	2.341.472	3.163.713	2.345.458	3.195.931
Fundos Exclusivos	5	271.155	536.111	271.155	536.111
Contas a receber de clientes	6	2.760.655	1.862.195	1.474.141	1.102.676
Ganhos não realizados em operações com derivativos	4	2.534	290	35.980	26.160
Total		5.411.348	5.580.566	5.199.761	5.466.444

4.4 Risco de liquidez

Apresentamos a seguir a maturidade dos passivos financeiros, incluindo estimativa de pagamentos de juros.

		31/12/2013				
Consolidado	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Financiamentos e empréstimos	17	12.743.329	1.007.157	959.074	5.488.114	5.288.984
Fornecedores		876.556	876.556	-	-	-
Derivativos a pagar	4	33.039	22.765	9.540	734	-
Outras contas a pagar		193.586	184.859	8.727	-	-
		13.846.510	2.091.337	977.341	5.488.848	5.288.984

		31/12/2012				
Consolidado	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Financiamentos e empréstimos	17	10.017.275	1.034.647	625.266	4.454.210	3.903.152
Fornecedores		875.648	875.648	-	-	-
Derivativos a pagar	4	41.737	20.508	10.328	10.600	301
Outras contas a pagar		149.014	140.287	8.727	-	-
		11.083.674	2.071.090	644.321	4.464.810	3.903.453

Os ativos financeiros estão apresentados nas notas explicativas de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Não é esperado que os fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, ocorram antes do prazo previsto ou em montantes significativamente diferentes daqueles apresentados.

Apresentamos a seguir os vencimentos das operações de derivativos:

		31/12/2013						
Consolidado Derivativos	Valor contábil	Até 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	
	Ativos	35.980	1.764	1.765	4.440	6.553	11.146	10.312
	Passivos	33.039	1.390	5.785	4.999	10.591	9.540	734
		2.941	374	(4.020)	(559)	(4.038)	1.606	9.578

4.5 Risco de mercado

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a

Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, podem ser contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor líquido de principal das operações contratadas para venda futura de Dólares através de *Non Deliverable Forwards* ("NDF's") simples era de US\$39,1 milhões. Seus vencimentos estão distribuídos entre janeiro de 2014 e janeiro de 2016, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela minoritária das vendas ao longo deste período. O efeito caixa destas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando geram desembolso ou recebimento de caixa, conforme o caso.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos de *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia tinha em aberto (i) US\$188 milhões em *swaps* para fixação da *Libor* em contratos de financiamento e (ii) US\$340 milhões em *swaps* do cupom cambial para taxa *Libor* de 3 meses fixada.

4.6 Risco de mercado – taxas de câmbio

A exposição líquida em moeda estrangeira está apresentada no quadro a seguir:

Consolidado	31/12/2013 (valores em milhares de R\$)					31/12/2012 (valores em milhares de R\$)				
	USD	GBP	CHF	ARS	Total	USD	GBP	CHF	ARS	Total
Contas a receber	493.478	41	215.944	32.004	741.467	303.534	35	171.519	30.466	505.554
Fornecedores	42.485	502	1.715	12.544	57.247	20.729	43	1.316	10.320	32.409
Financiamentos e empréstimos	7.047.100	-	-	-	7.047.100	4.724.308	-	-	-	4.724.308
Derivativo NDF	91.643	-	-	-	91.643	171.102	-	-	4.826	175.928
Derivativo <i>Swap</i>	1.237.418	-	-	-	1.237.418	1.480.029	-	-	-	1.480.029

Análise de sensibilidade – Exposição cambial

A Companhia para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, sendo adaptado como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação e apreciação do Real em relação as demais moedas em 25% e 50%.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado BRL x USD	31/12/2013				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Financiamentos e empréstimos	(7.047.100)	(1.761.775)	(3.523.550)	1.761.775	3.523.550
Contas a Receber	493.478	123.370	246.740	(123.370)	(246.740)
Fornecedores	(42.485)	(10.621)	(21.243)	10.621	21.243
Derivativo Swap	(19.382)	(4.845)	(9.691)	4.845	9.691
Derivativo NDF	(7.952)	(22.460)	(44.920)	22.460	44.920
TOTAL	(6.623.441)	(1.676.332)	(3.352.664)	1.676.332	3.352.664

Consolidado ARS x BRL	31/12/2013				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Contas a Receber	32.004	8.001	16.002	(8.001)	(16.002)
Fornecedores	(12.544)	(3.136)	(6.272)	3.136	6.272
TOTAL	19.460	4.865	9.730	(4.865)	(9.730)

Consolidado CHF x BRL	31/12/2013				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Contas a Receber	215.944	53.986	107.972	(53.986)	(107.972)
Fornecedores	(1.715)	(429)	(858)	429	858
TOTAL	214.229	53.557	107.115	(53.557)	(107.115)

4.7 Risco de mercado – taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxas de juros Certificados de Depósito Interbancário (“CDI”) totaliza R\$3.219.986 (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$3.106.476).

Análise de sensibilidade – Exposição a taxas de juros

Para a análise de sensibilidade das operações impactadas pelas taxas: CDI, Libor, Cupom de Dólar e Cupom de Celulose, a Companhia adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2013, os demais cenários foram construídos considerando variações positivas e negativas de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

	31/12/2013				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Pré					
Financiamentos e empréstimos	3.219.986	804.997	1.609.993	(804.997)	(1.609.993)
Derivativo NDF	(7.952)	(1.840)	(3.578)	1.953	4.028
TOTAL	3.212.034	803.156	1.606.415	(803.044)	(1.605.965)

	31/12/2013				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Libor					
Derivativo Swap e Convertibility	29.871	1.698	3.368	(1.728)	(3.489)
Derivativo Celulose	(3.034)	(109)	(219)	110	220
TOTAL	26.837	1.589	3.150	(1.618)	(3.269)

	31/12/2013				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Cupom de Dólar					
Derivativo NDF	(7.952)	434	862	(440)	(887)
Derivativo Swap	(15.944)	101	200	(103)	(209)
TOTAL	(23.896)	535	1.062	(544)	(1.096)

	31/12/2013				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Cupom de Celulose					
Derivativo Celulose	(3.034)	354	704	(357)	(718)
TOTAL	(3.034)	354	704	(357)	(718)

4.8 Risco de mercado – preços das *commodities*

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição de contratos indexados a preço de *commodities* de celulose totaliza R\$91.643 (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$171.102).

Análise de sensibilidade – Exposição aos preços de *commodities*

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas aos preços de *commodities*, a Companhia adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2013, os demais cenários foram construídos considerando variações positivas e negativas de 25% e 50% sobre os preços de mercado das *commodities*.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

	31/12/2013				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado					
Contratos indexados a preço de <i>commodities</i> celulose	(3.034)	(23.754)	(47.508)	23.754	47.508
TOTAL	(3.034)	(23.754)	(47.508)	23.754	47.508

4.9 Derivativos em aberto

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as posições consolidadas de derivativos em aberto agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim apresentadas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em			
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	
						A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira									
Posição Ativa - US\$ <i>Libor</i>	01/01/2014 até 04/11/2019	440.934	695.877	430.651	750.041	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Pré		440.934	695.877	450.033	786.431	-	-	-	-
SubTotal				(19.382)	(36.390)	19.382	-	36.390	-
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				296	443	-	-	-	-
Swaps de Moedas - NDF									
Posição Comprada em R\$ x US\$	01/01/2014 até 08/01/2016	89.019	-	(1.787)	-	1.787	-	-	-
Posição Vendida em R\$ x US\$		180.661	171.102	(6.165)	(1.506)	8.699	2.534	1.796	290
Posição Comprada em US\$ x ARS		-	4.826	-	-	-	-	-	-
SubTotal				(7.952)	(1.506)	10.486	2.534	1.796	290
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				985	1.334	-	-	-	-
Swaps de Commodities									
Posição Vendida em Celulose BHKP	01/01/2014 até 08/01/2016	91.643	171.102	(3.034)	(2.244)	-	-	-	-
SubTotal				(3.034)	(2.244)	3.171	137	3.551	1.307
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				312	509	-	-	-	-
Outros									
Posição Ativa - Cupom Cambial	01/01/2014 até 03/01/2018	796.484	613.050	2.668.584	656.772	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ <i>Libor</i> Fixada		796.484	613.050	2.635.275	632.208	-	-	-	-
SubTotal				33.309	24.563	-	33.309	-	24.563
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				461	245	-	-	-	-
Resultado Total em Swaps		1.598.741	1.655.957	2.941	(15.577)	33.039	35.980	41.737	26.160

⁽¹⁾ VaR com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estas mesmas posições consolidadas, agrupadas por contraparte, são demonstradas abaixo:

Descrição	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em		Saldos patrimoniais em	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	
					A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira								
Contrapartes								
Itaú BBA	-	262.263	-	(6.405)				
UBS Pactual	194.125	211.390	(10.905)	(15.661)				
Merrill Lynch	29.283	51.087	(203)	(672)				
Standard Bank	167.329	102.175	(4.836)	(8.621)				
Standard Chartered	50.199	68.962	(3.438)	(5.031)				
SubTotal			(19.382)	(36.390)	19.382	-	36.390	-
Swaps de Moedas - NDF								
Contrapartes								
Posição Comprada em R\$ x US\$								
Rabobank	89.019	-	(1.787)	-				
Posição Vendida em R\$ x US\$								
Itaú BBA	5.552	62.960	(547)	(1.737)				
Rabobank	89.019		2.534					
Votorantim	86.091	108.142	(8.152)	231				
Posição Comprada em US\$ x ARS								
Itaú BBA	-	4.826	-					
SubTotal			(7.952)	(1.506)	10.486	2.534	1.737	231
Swaps de Commodities - Celulose								
Contrapartes								
Nordea Bank Finland P/C	5.552	62.960	137	1.307				
Standard Chartered	86.091	108.142	(3.171)	(3.551)				
SubTotal			(3.034)	(2.244)	3.171	137	3.551	1.307
Outros								
Contraparte								
JP Morgan	796.484	613.050	33.309	24.563	-	-	-	-
SubTotal			33.309	24.563	-	33.309	-	24.563
Resultado Total em Swaps	1.598.741	1.655.957	2.941	(15.577)	33.039	35.980	41.678	26.101

4.10 Derivativos liquidados

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as posições de derivativos liquidadas acumuladas, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são demonstradas abaixo:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência acumulado (nacional) em		Valor justo (de liquidação) acumulado em	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Swaps em Moeda Estrangeira Posição Ativa - US\$ <i>Libor</i> Posição Passiva - US\$ Taxa Pré	2012: Jan/12 a Dez/12 2013: Jan/13 a Dez/13	1.562.971 1.562.971	942.840 942.840		
SubTotal				(18.786)	(26.870)
Swaps de Taxas e Índices Posição Ativa - R\$ Taxa Pré Posição Passiva - % DI	2012: Jan/12 a Dez/12 2013: Jan/13 a Dez/13	- -	326.984 326.984		
SubTotal				-	14.972
Swaps de Moedas Posição Vendida em R\$ x US\$ Posição Comprada em R\$ x US\$ Posição Comprada em US\$ x ARS	2012: Jan/12 a Dez/12 2013: Jan/13 a Dez/13	821.339 509.516 118.301	325.451 164.798	(9.335) - (940)	(13.853) (1.920)
SubTotal				(10.275)	(15.773)
Swaps de Commodities Posição Vendida em Celulose BHKP	2012: Jan/12 a Dez/12 2013: Jan/13 a Set/13	104.503	62.682		
SubTotal				(2.928)	4.225
Swaps de Commodities Posição Comprada em Petróleo	2012: Jan/12 a Jul/12 2013: Jan/13 a Set/13		12.866		
SubTotal					(1.489)
Outros Posição Ativa - Cupom Cambial Posição Passiva - US\$ Libor Fixada	2012: Jan/12 a Dez/12 2013: Jan/13 a Dez/13	281.112 281.112	81.167 81.167		
SubTotal				4.067	3.179
Resultado Total em Swaps				(27.921)	(21.756)

4.11 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Suzano é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Financiamentos e empréstimos	11.205.065	8.628.485	12.743.329	10.017.275
Debêntures	133.656	701.829	133.656	701.829
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.648.159)	(3.718.081)	(3.689.640)	(4.337.608)
Dívida líquida	8.690.562	5.612.233	9.187.345	6.381.496
Patrimônio líquido	10.687.239	11.002.078	10.687.239	11.002.078
Patrimônio líquido e dívida líquida	19.377.801	16.614.311	19.874.584	17.383.574

4.12 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

		Consolidado		
	Valor justo em 31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e bancos	1.073.027	1.073.027	-	-
Aplicações Financeiras	2.345.458	-	2.345.458	-
Fundo Exclusivo Paperfect	164.681	-	164.681	-
Fundo Exclusivo Report	106.474	106.474	-	-
Derivativos	35.980	-	35.843	137
		1.179.501	2.545.982	137
Passivos				
Derivativos	33.039	-	29.868	3.171
		-	29.868	3.171

		Consolidado		
	Valor justo em 31/12/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e bancos	605.566	605.566	-	-
Aplicações Financeiras	3.195.931	-	3.195.931	-
Fundo Exclusivo Paperfect	436.819	-	436.819	-
Fundo Exclusivo Report	99.292	99.292	-	-
Derivativos	26.160	-	24.853	1.307
		704.858	3.657.603	1.307
Passivos				
Derivativos	41.737	-	38.186	3.551
		-	38.186	3.551

4.13 Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui garantias vinculadas a operações de contas a receber consolidado referente a exportações no valor de US\$260.102, que corresponde nessa data a R\$609.316.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	35.532	18.257	1.073.027	605.566
Aplicações financeiras	2.341.472	3.163.713	2.345.458	3.195.931
Fundos exclusivos	271.155	536.111	271.155	536.111
	2.648.159	3.718.081	3.689.640	4.337.608

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as aplicações consolidadas e os fundos eram remunerados a taxas que variavam de 90,0% a 110,0% do CDI, exceto para uma parcela em Operações Compromissadas que, por serem aplicações com liquidez diária, possuem remuneração de 75% do CDI.

As aplicações dos fundos de investimento multimercado são diversificadas em Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), operações compromissadas e cotas de outros fundos de investimento não exclusivos com liquidez imediata. Os fundos são administrados pelo Banco BTG Pactual S/A ("Banco BTG"), cujas carteiras estão abaixo apresentadas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Fundo de Investimento Paperfect		
Aplicação CDB	82.064	112.848
Aplicações Compromissadas	82.821	324.763
Deduções ⁽¹⁾	(204)	(792)
	164.681	436.819
Fundo de Investimento Report		
Fundos de investimento	106.609	99.411
Deduções ⁽¹⁾	(135)	(119)
	106.474	99.292
	271.155	536.111

⁽¹⁾ Inclui despesas com auditoria, taxa de administração e imposto de renda retido na fonte.

6 Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cientes no País				
- Terceiros	726.389	587.681	730.100	591.881
- Empresas controladas	696	548	-	-
- Partes relacionadas ⁽¹⁾	18.783	27.326	18.783	27.326
Cientes no exterior				
- Terceiros	20.988	25.396	738.090	505.104
- Empresas controladas	2.009.873	1.243.192	-	-
- Partes relacionadas ⁽¹⁾	-	-	5.338	2.604
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.074)	(21.948)	(18.170)	(24.239)
	2.760.655	1.862.195	1.474.141	1.102.676

⁽¹⁾ Vide Nota 10.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes vencidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Valores vencidos:				
- Até dois meses ⁽¹⁾	438.847	16.230	29.502	22.737
- De dois meses a seis meses	7.169	12.407	12.720	10.928
- Mais de seis meses	30.643	34.576	34.321	38.181
	476.659	63.213	76.543	71.846

⁽¹⁾ Inclui títulos da controlada Suzano Trading Ltd. ("Suzano Trading") no montante de R\$421.919.

A seguir estão demonstradas as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldos iniciais	(21.948)	(24.880)	(24.239)	(26.425)
Créditos provisionados no exercício	(8.519)	(5.077)	(9.171)	(5.145)
Créditos recuperados no exercício	726	860	1.184	860
Créditos baixados definitivamente da posição	13.667	7.149	13.537	7.149
Variação cambial	-	-	519	(678)
Saldos finais	<u>(16.074)</u>	<u>(21.948)</u>	<u>(18.170)</u>	<u>(24.239)</u>

7 Estoques

A composição dos estoques, líquido da provisão para perdas, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados				
Celulose				
- País	45.780	25.202	45.780	25.202
- Exterior	-	-	116.992	97.630
Papel				
- País	183.849	164.518	183.849	164.518
- Exterior	-	-	65.730	46.285
Produtos em elaboração	31.701	18.509	31.701	18.509
Matérias-primas	303.694	216.608	303.800	216.608
Materiais de almoxarifado e outros	148.589	108.555	157.404	114.998
	<u>713.613</u>	<u>533.392</u>	<u>905.256</u>	<u>683.750</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de estoques na Controladora e no Consolidado está líquido de provisão para perdas no montante de R\$54.406, sendo: i) produtos acabados R\$243, ii) matérias-primas R\$32.225, sendo o montante de R\$14.680 relativo à suspensão dos Projetos SER e Piauí mencionados na Nota 1.1 c); e iii) materiais de almoxarifado R\$21.938 (em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$19.421, sendo: i) matérias-primas R\$1.839 e ii) materiais de almoxarifado R\$17.582).

A Companhia informa que não foram disponibilizados estoques para penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

8.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda	51.185	80.258	52.201	85.905
Contribuição Social	6.964	11.467	7.001	13.097
	<u>58.149</u>	<u>91.725</u>	<u>59.202</u>	<u>99.002</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas recolheram a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro os montantes de R\$53.583 e R\$7.476, respectivamente (31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$86.281 e R\$13.532, respectivamente), sendo parte destes montantes recolhidos através de compensação de créditos de imposto de renda e contribuição social antecipados em exercícios anteriores.

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo não circulante				
Imposto de renda				
Créditos sobre prejuízos fiscais	543.434	523.751	544.442	524.496
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	189.605	153.106	189.654	153.156
- Créditos sobre amortizações de ágios	-	6.897	-	6.897
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	141.417	158.771	141.417	158.857
	874.456	842.525	875.513	843.406
Contribuição social				
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	88.294	79.409	88.294	79.409
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	68.005	54.866	68.023	54.884
- Créditos sobre amortizações de ágios	-	2.483	-	2.483
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	50.910	57.158	50.910	57.158
	207.209	193.916	207.227	193.934
Total do ativo não circulante:	1.081.665	1.036.441	1.082.740	1.037.340
Passivo não circulante				
Imposto de renda				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	580.142	582.481	580.142	582.481
Débitos sobre amortização de ágios	123.000	106.644	123.000	106.644
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	1.358.331	1.376.952	1.447.392	1.466.112
	2.061.473	2.066.077	2.150.534	2.155.237
Contribuição social				
Débitos sobre amortização de ágios	44.280	38.392	44.280	38.392
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	488.999	495.703	521.061	527.801
	533.279	534.095	565.341	566.193
Total do passivo não circulante	2.594.752	2.600.172	2.715.875	2.721.430
Total líquido ativo não circulante	-	-	1.075	813
Total líquido passivo não circulante	1.513.087	1.563.731	1.634.210	1.684.903
	1.513.087	1.563.731	1.633.135	1.684.090

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízos fiscais	2.173.735	2.095.004	2.177.768	2.097.982
Base negativa da contribuição social	981.044	882.317	981.044	882.317

8.3 Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2018, calculado com base no lucro da exploração proporcional às receitas líquidas de celulose da unidade incentivada de Mucuri/BA. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda e, na distribuição dos resultados do exercício, o montante reduzido da despesa é destinado à conta de reserva de capital, conforme disposição legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia apurou prejuízo fiscal, portanto não utilizou tal benefício.

A unidade fabril de Mucuri/BA está situada em microrregião menos desenvolvida em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Por isso, possui o benefício da depreciação acelerada incentivada, para fins fiscais, que consiste na depreciação integral dos bens de ativo imobilizado quando do início das atividades operacionais desta unidade. A depreciação acelerada incentivada representa o diferimento do pagamento do Imposto de Renda e não alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Este benefício fiscal é controlado no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, portanto, não afeta a despesa de depreciação contabilizada desses ativos nos anos subsequentes.

8.4 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(288.435)	(322.755)	(279.974)	(310.984)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	36.762	9.225	-	-
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(251.673)	(313.530)	(279.974)	(310.984)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	85.569	106.600	95.191	105.735
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Tributação de lucros de controladas no exterior	(2.068)	(1.353)	-	-
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior	-	-	(31.085)	41
Efeito fiscal sobre os ajustes da Lei 11.941/09 e IFRS	(453)	18.310	-	12.647
Incentivo fiscal - Reinvestimento - Lei 8.167/91	-	9.534	-	9.534
Outros	(15.072)	7.538	(4.591)	901
Imposto de renda				
Corrente	(1.291)	9.483	(8.037)	240
Diferido	51.021	96.431	51.071	96.458
	49.730	105.914	43.034	96.698
Contribuição social				
Corrente	(122)	-	(1.887)	(2.520)
Diferido	18.368	34.715	18.368	34.680
	18.246	34.715	16.481	32.160
Receita de imposto de renda e contribuição social nos resultados dos exercícios	67.976	140.629	59.515	128.858

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia apurou prejuízos fiscais, portanto, não há alíquota efetiva para os períodos.

8.5 Regime Tributário de Transição (“RTT”)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas optaram pela apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o líquido de acordo com o RTT, regime que visa garantir a neutralidade tributária por meio da eliminação dos efeitos contábeis decorrentes da aplicação da Lei 11.638/07 e da MP nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no LALUR e controles auxiliares.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o RTT e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, bem como o tratamento tributário e ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL a partir do lucro apurado conforme os métodos e critérios introduzidos pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, com possibilidade de adoção antecipada a partir de 2014. A Companhia avaliou os efeitos da aplicação dessa nova norma, concluiu preliminarmente que a sua adoção resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações contábeis e aguarda a conversão desta em Lei para decisão quanto a adoção antecipada.

9 Demais Impostos a Recuperar

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
PIS e COFINS a recuperar	(a)	514.042	222.168	514.044	222.210
ICMS a recuperar	(b)	165.350	155.001	167.130	157.837
Provisão para perdas de créditos de ICMS	(b)	(10.861)	(10.892)	(10.861)	(10.892)
Outros impostos e contribuições		61.383	35.567	61.524	35.719
		729.914	401.844	731.837	404.874
Parcela circulante		219.336	166.449	221.259	169.436
Parcela não circulante		510.578	235.395	510.578	235.438

a) Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes de R\$75.348 e de R\$438.696 estão apresentados no Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, respectivamente (31 de dezembro de 2012, os montantes R\$63.543 e de R\$158.667, respectivamente).

Os montantes de PIS e COFINS referem-se substancialmente aos créditos provenientes de insumos e serviços adquiridos para fabricação de produtos, cujas vendas não foram tributadas na saída por tratar-se de exportações e, sobre aquisição de ativo imobilizado e serviços da unidade industrial de Imperatriz-MA cujo creditamento será baseado no prazo de depreciação desses ativos.

A Companhia realizará tais créditos, com débitos advindos das atividades comerciais e através da compensação com outros impostos federais.

b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“ICMS”)

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$90.509 da unidade de Mucuri/BA (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$90.768), deve-se essencialmente pelo não aproveitamento de créditos nas saídas de exportação de celulose e de papel, isentas de tributação. Para a realização desses créditos a Companhia solicitou processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, sendo que já se encontram homologados por este órgão o montante de R\$66.854 (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$37.901). Os montantes homologados podem ser utilizados para compensações autorizadas pelo Regulamento do ICMS do Estado da Bahia ou negociados em mercado ativo, para o qual considera-se um deságio médio aproximado 12% sobre o valor do crédito. A Companhia constituiu provisão para perda parcial desses créditos no montante de R\$10.861 (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$10.892).

10 Partes Relacionadas

A Política da Companhia para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

a) Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Transações	Natureza da principal operação	ATIVO		PASSIVO		RESULTADO	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante e Patrimônio Líquido	Receitas (despesas)	
Com empresas controladas							
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	2.006.426	(2)	-	39.297 (1)	1.486.879 (1)	2.442.603 (2)
Suzano Europe	Ressarcimento de despesas	-		-	16 (7)	-	-
Paineiras	AFAC e Arrendamento de terras	741	7.500	(3)	4.745	-	(12.545) (5)
Paineiras Logística	AFAC e Agenciamento de transporte rodoviário	511	1.184	(3)	2.538	-	(21.532)
Stenfar	Venda de papel	4.654	(2)	-	64	-	27.347 (2)
Ondurman	AFAC e Arrendamento de terras	679	700	(3)	-	-	(14.188)
Amulya	AFAC e Arrendamento de terras	-	725	(3)	-	-	(10.006)
Asapir	Ressarcimento de despesas	-	-	-	850 (7)	-	-
SER	AFAC e Compartilhamento de despesas	64	(7)	34.650 (3)	1.584 (7)	-	-
Bahia Sul Holdings	AFAC	-	62	(3)	-	-	-
Futuragene	Compartilhamento de despesas	160	(7)	-	-	-	27 (7)
		2.013.235	44.821	49.094	1.486.879	2.411.706	
Com partes relacionadas							
Suzano Holding	Concessão de fianças	161	-	4.757	-	-	(34.575)
Tec 2 Doc Serviços	Venda de papel	-	-	-	-	-	17.381 (8)
Central	Venda de papel	18.614	-	16.302	(4)	-	65.417 (2)
Nemonorte	Consultoria imobiliária	-	-	-	-	-	(646)
Mabex	Serviços de aeronave	-	-	-	-	-	(658)
Lazam	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	94	-	-	(458)
Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	-	-	-	(4.066)
Bexma	Vendas de materiais de construção	8	-	-	-	-	133
IPLF Holding	Ressarcimento de despesas	-	-	504	(7)	-	-
Fundo Exclusivo Paperfect	Fundo de investimento exclusivo	164.681	-	-	-	-	39.659
Fundo Exclusivo Report	Fundo de investimento exclusivo	106.474	-	-	-	-	8.450
Acionistas	Dividendos e juros s/ capital próprio	-	-	647	-	-	-
		289.938	-	22.304	-	-	90.636
Entre partes relacionadas							
Stenfar	Compartilhamento de despesas	5.338	(6)	-	-	-	-
IPLF Holding	Compartilhamento de despesas	-	-	5.338	(6)	-	-
		5.338	-	5.338	-	-	-
		2.308.511	44.821	76.737	1.486.879	2.502.342	

b) Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

		ATIVO		PASSIVO		RESULTADO	
Transações	Natureza da principal operação						
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante e Patrimônio líquido		Receitas (despesas)
Com empresas controladas							
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	1.237.707	(2)	-	34.141 (1)	1.297.041 (1)	2.161.816 (2)
Suzano Europe	Ressarcimento de custos e despesas	-	-	-	16 (7)	-	-
Paineiras	Compra de energia elétrica	741	-	-	6.431	-	(30.357) (5)
Stenfar	Venda de papel	6.876	(2)	-	47	-	13.363 (2)
Ondurman	AFAC e Arrendamento de terras	1.210	-	1.025 (3)	-	-	(12.406)
Amulya	AFAC e Arrendamento de terras	-	-	2.336 (3)	-	-	(9.162)
Asapir	Ressarcimento de custos e despesas	-	-	-	20.275 (7)	-	-
SER	AFAC e ressarcimento de despesas	78	(7)	24.000 (3)	-	-	(5)
Futuragene	Ressarcimento de custos e despesas	142	(7)	-	-	-	242 (7)
		1.246.754	27.361	60.910	1.297.041		2.123.492
Com partes relacionadas							
Suzano Holding	Concessão de fianças	297	-	-	1.557	278	(50.939)
Agaprint	Venda de papel	9.878	-	-	-	-	20.787 (2)
Central	Venda de papel	17.127	-	-	15.310 (4)	-	64.689 (2)
Nemonorte	Consultoria imobiliária	-	-	-	-	-	(1.833)
Mabex	Serviços de aeronave	-	-	-	-	-	(583)
Lazam	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	-	-	(578)
Ecofuturo	Serviços sociais	12	-	-	-	-	(4.157)
Bexma	Vendas de materiais de construção	12	-	-	-	-	9
IPLF Holding	Ressarcimento de despesas	-	-	-	504 (7)	-	-
Arymax	Debêntures	-	-	-	-	-	(494)
Fundo Exclusivo Paperfect	Fundo de investimento exclusivo	436.819	-	-	-	-	33.271
Fundo Exclusivo Report	Fundo de investimento exclusivo	99.292	-	-	-	-	14.555
Premesa	Investimento em ações	66	-	-	-	-	-
Acionistas	Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	627	-	(8.860)
		563.503	-	17.998	278		65.868
Entre partes relacionadas							
Stenfar	Compartilhamento de despesas	2.604	(6)	-	-	-	143
IPLF Holding	Compartilhamento de despesas	-	-	-	2.604 (6)	-	-
		2.604	-	2.604	-		143
		1.812.860	27.361	81.512	1.297.319		2.189.502

(1) Refere-se, principalmente, a “Notes due 2021” e financiamento de importação captados pela controlada Suzano Trading e repassados à Companhia em operações de pré-pagamento de exportação, as taxas e prazos estão demonstrados na Nota 17.

(2) Operações comerciais de venda de papel e celulose;

(3) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”).

(4) Operações de vendor que estão classificadas como financiamentos e empréstimos (Nota 17).

(5) Venda de energia elétrica ocorrida até fevereiro de 2013 e arrendamento de terras.

(6) Compartilhamento de despesas realizado entre a controlada Stenfar e parte relacionada Clion, adquirida pela IPLF Holding em outubro de 2012.

(7) Inclui gastos com telefonia, instalações e despesas administrativas.

(8) A empresa Tec2Doc Serviços de Tecnologia e Documentos Ltda (“Tec2Doc Serviços”, atual denominação social de Agaprint Indl. e Coml. Ltda) foi alienada em 02 de setembro de 2013, e os resultados apresentados se referem ao período de oito (08) meses.

Legenda do nome das empresas:

Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda (“Amulya”)

BAHIA SUL Holdings GmbH (“Bahia Sul Holdings”)

Bexma Comercial Ltda (“Bexma”)

Central Distribuidora de Papéis Ltda (“Central”)

Clion Polímeros S.A. (“Clion”)

Comercial e Agrícola Paineiras Ltda (“Paineiras”)

Fundação Filantrópica Arymax (“Arymax”)

Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Paperfect (“Fundo Exclusivo Paperfect”)

Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Report (“Fundo Exclusivo Report”)

Futuragene Brasil Tecnologia Ltda (“Futuragene”)

Instituto Ecofuturo – Futuro para o Desenvolvimento Sustentável (“Ecofuturo”)

IPLF Holding S.A (“IPLF Holding”)

Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A. (“Lazam”)

Mabex Representações e Participações Ltda (“Mabex”)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda (“Nemonorte”)
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda (“Ondurman”)
Paineiras Logística e Transportes Ltda (“Paineiras Logística”)
Premesa S.A (“Premesa”)
Stenfar S.A Indl. Coml. Imp. Y. Exp. (“Stenfar”)
Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding”)
Suzano Pulp and Paper Europe S.A. (“Suzano Europa”)

As transações com controladas e partes relacionadas estão registradas nas seguintes rubricas do balanço:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldos a receber					
Caixa e equivalentes de caixa	5	271.155	536.111	271.155	536.111
Clientes	6	2.029.352	1.271.066	24.121	29.930
Créditos com Controladas - circulante		2.666	3.014	-	-
Créditos com Controladas - não circulante		44.821	27.361	-	-
Créditos com outras partes relacionadas - circulante		-	66	-	66
		<u>2.347.994</u>	<u>1.837.618</u>	<u>295.276</u>	<u>566.107</u>
Saldos a pagar					
Debêntures	18	-	(81)	-	(81)
Debêntures 5ª Emissão (Patrimônio Líquido)		-	(278)	-	(278)
Dividendos e JCP a Pagar		(647)	(627)	(647)	(627)
Empréstimos e Financiamentos	17	(19.418)	(16.786)	(19.418)	(16.786)
Fornecedores		(2.239)	(504)	(2.239)	(504)
Passivos com parte relacionada - circulante		(49.094)	(60.910)	-	-
Passivos com parte relacionada - não circulante		(1.486.879)	(1.297.041)	-	-
		<u>(1.558.277)</u>	<u>(1.376.227)</u>	<u>(22.304)</u>	<u>(18.276)</u>
		<u>789.717</u>	<u>461.391</u>	<u>272.972</u>	<u>547.831</u>

c) Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2013, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e determinados executivos, reconhecidas no resultado do exercício, totalizaram R\$75.868 na Controladora e R\$77.013 no Consolidado (31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$42.706 e R\$47.807, respectivamente).

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de Curto Prazo					
	(i)				
Salário ou Pró-Labore		19.101	20.813	20.181	23.020
Benefícios Direto ou Indireto		1.083	2.801	1.148	2.940
Bônus		27.561	12.484	27.561	14.118
		<u>47.745</u>	<u>36.098</u>	<u>48.890</u>	<u>40.078</u>
Benefícios de Longo Prazo					
	(ii)				
Plano de Remuneração baseado em Ações		28.123	6.608	28.123	7.729
		<u>28.123</u>	<u>6.608</u>	<u>28.123</u>	<u>7.729</u>
		<u>75.868</u>	<u>42.706</u>	<u>77.013</u>	<u>47.807</u>

(i) incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículos, assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida e previdência privada).

(ii) Incluem o Plano de Opções de Compra de Ações e Ações Fantasma, destinado aos executivos e membros-chaves da administração, conforme regulamentos específico (vide Nota 22).

11 Ativos Biológicos

A seguir demonstramos a movimentação dos ativos biológicos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.437.883	2.406.595
Adições (1)	525.942	504.373
Cortes efetuados no período	(218.371)	(218.371)
Perda na atualização do valor justo	(9.423)	(9.423)
Transferências (2)	(38.632)	(38.632)
Outras baixas	(602)	(602)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.696.797	2.643.940
Adições	592.755	592.781
Cortes efetuados no período	(301.853)	(301.853)
Ganho na atualização do valor justo	99.998	95.179
Transferências (2) (3)	(29.350)	(29.350)
Outras baixas (4)	(34.825)	(34.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.023.522	2.965.872

- 1) No processo de consolidação de balanços foram eliminados os custos com arrendamento de terras na formação florestal incorridos com controladas;
- 2) Gastos com benfeitorias em terras reclassificados para o Imobilizado;
- 3) Corte de madeira para formação do estoque inicial da Unidade do Maranhão e florestas adquiridas de terceiros em fase de inventário físico/florestal.
- 4) Inclui o montante de R\$28.757 relativo à suspensão dos Projetos SER e Piauí mencionados na Nota 1.1 c).

A determinação de um valor justo para os ativos biológicos florestais constitui-se num exercício de julgamento e estimativa complexo que requer entendimento do negócio da Companhia, da utilização desse ativo no processo produtivo, das oportunidades e restrições de uso da madeira e, ainda, do ciclo de formação e crescimento da floresta.

O volume de madeira negociado no mercado pela Companhia não é suficiente para representar, adequadamente, o preço da madeira de eucalipto no mercado para fins de determinação do valor justo das florestas.

A Companhia, para determinação do valor justo dos seus ativos levou em consideração todos os custos compreendendo a implantação, reforma e manutenção líquidos dos impostos.

A avaliação das florestas de eucalipto foi realizada através do método da renda (*"Income Approach"*), baseado no fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, para refletir o modelo econômico de uma unidade de negócio exclusiva de plantio de madeira de eucalipto.

No fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, as projeções dos fluxos esperados pela expectativa de produção de madeira em pé com casca, existente na data-base dos balanços, consideraram um ciclo médio de formação da floresta de 7 anos, produtividade média obtida pelo Incremento Médio Anual (*"IMA"*) de 36,8 m³ / hectare / ano (mesma produtividade do ano anterior) e os custos de formação florestal até o momento apropriado de corte da madeira em pé (ponto de colheita, ou seja,

ativos maduros). O preço líquido médio de venda foi de R\$51,79 / m³ (31 de dezembro de 2012, R\$50,20 / m³). A taxa de desconto utilizada foi de 8,7% a.a.. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detinha 46.424 hectares de área plantada considerados ativos maduros e 313.594 hectares considerados imaturos, perfazendo um total de 360.018 hectares plantados elegíveis ao cálculo.

A Companhia administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Nos casos de riscos relacionados a sinistros decorrentes de incêndios é feito o monitoramento constante através de torres de observação estrategicamente posicionadas, com utilização de sistemas de alarmes de incêndios e brigadas de incêndio treinadas para combater os focos nas áreas florestais. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Companhia, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

A Companhia não possui nenhum tipo de subvenção governamental relacionado ao plantio de árvores (ativos biológicos).

O valor justo dos ativos biológicos é calculado anualmente. Os efeitos da atualização são registrados na rubrica de Outras Receitas Operacionais líquidas e sua realização mensal, através da exaustão, na rubrica de Custo dos Produtos Vendidos. A Companhia não possui ativos biológicos dados em garantia nas datas destas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2013, o ajuste do valor justo apurado foi um ganho de R\$99.998 na controladora e R\$95.179 no consolidado (31 de dezembro de 2012, uma perda de R\$9.423 na controladora e no consolidado).

12 Créditos a Receber de Precatório por Ação Indenizatória

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o montante de R\$56.721 registrado no Ativo Não Circulante, refere-se à indenização devido um imóvel ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar), transitado em julgado com ganho de causa à Companhia.

A requisição da importância em favor da Companhia foi através da emissão de precatório a ser liquidado em 10 (dez) parcelas anuais, iguais e sucessivas (2010 a 2019), parcelas estas devidamente atualizadas pelos índices fixados na respectiva decisão judicial. A Companhia efetuou o levantamento da primeira parcela que estava depositada judicialmente, sendo que o pagamento das demais parcelas continua a ser demandado nos autos da respectiva Ação Indenizatória.

13 Programa de Fomento

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos adiantamentos de recursos financeiros e de insumos para fomentados totaliza o montante de R\$286.439, classificados no ativo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$293.773).

O programa de fomento é um sistema onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para fornecimento de produto agrícola (madeira) à Companhia, não estando estes adiantamentos sujeitos a avaliação pelo valor justo.

14 Investimentos

Controladas		Informações das Controladas em 31/12/2013					Equivalência Patrimonial		Investimentos e (Provisão) para perda em investimentos	
		Participação Societária %	Saldos Patrimoniais			Resultado do exercício	Exercício findo em:		31/12/2013	31/12/2012
			Ativo	Passivo Circulante e Não Circulante	Patrimônio Líquido Ajustado					
							31/12/2013	31/12/2012		
Controladas e controladas em conjunto diretas										
Asapir		50,00%	15.034	14.618	416	(2.384)	(1.192)	(2.051)	208	18.399
Paineiras	(b)	100,00%	397.539	130.612	250.462	(1.729)	(1.152)	6.526	250.462	437.009
Suzano Trading	(a)	100,00%	3.608.729	3.566.682	42.047	(31.759)	(22.255)	29.266	42.047	66.396
Sun Paper	(a)	100,00%	3.737	426	3.312	248	699	419	3.312	2.613
SER		99,90%	42.796	36.178	6.618	(7.805)	(11.458)	(16.169)	6.611	18.068
Paineiras Logística		99,99%	8.532	3.885	4.647	4.648	4.648	-	4.647	-
Aanisan		99,88%	8	1	7	(11)	(11)	-	7	1
Epícares		0,00%	-	-	-	2.521	2.521	-	-	1
Stenfar	(a)/(b)	68,58%	59.837	33.854	21.193	(194)	(1.391)	(1.082)	13.029	(5.035)
Suzano America	(a)/(b)	100,00%	207.636	185.140	(16.566)	1.834	(13.630)	718	(16.566)	(2.927)
Bahia Sul Holdings	(a)	100,00%	63	74	(11)	(19)	(19)	(18)	(11)	8
Suzano Europa	(a)/(b)	100,00%	554.543	524.037	(9.694)	4.001	(3.241)	(9.349)	(9.694)	(6.452)
Ondurman	(b)	100,00%	78.611	66.504	(38.970)	(9.295)	(9.295)	(9.770)	(38.970)	(30.715)
Amulya	(b)	99,90%	61.347	55.430	5.917	2.423	19.014	(7.715)	5.911	(14.949)
							(36.762)	(9.225)	260.993	482.417
Total de investimentos									326.234	542.495
Total de provisão para perdas									(65.241)	(60.078)
Controladas indiretas										
Futuragene PLC.	(a)	100,00%	40.977	18.054	22.923	(37.179)	(37.179)	(31.373)	22.923	10.239
Stenfar	(a)/(b)	31,42%	59.837	33.854	21.193	(194)	1.197	(2.360)	8.164	7.450
SER		0,10%	42.796	36.178	6.618	(7.805)	(8)	(16)	7	19
Amulya	(b)	0,10%	61.347	55.430	5.917	2.423	2	2	6	2
							(35.988)	(33.748)	31.100	17.710

- a) O resultado de equivalência patrimonial dessas controladas diretas e indiretas localizadas no exterior inclui um ganho com variação cambial no montante de R\$15.658 (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$6.928);
- b) O patrimônio líquido dessas controladas considera a eliminação de lucros não realizados, descritos na Nota 3.22.

Resumo da movimentação dos investimentos, líquidos da provisão para perda:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	482.417	456.225
Resultado de equivalência patrimonial e variação cambial	(36.762)	(9.225)
Variação cambial em investidas (outros resultados abrangentes)	(2.107)	986
Aquisição de novos investimentos	-	2
Aumento de capital	4.766 (d)	34.429 (c)
Alienação da controlada Epícares	(187.321) (e)	-
Saldo final	260.993	482.417

- c) Em 30 de março de 2012, foi aprovado aumento de capital na controlada SER no montante de R\$34.463, mediante capitalização do saldo existente de mútuo.
- d) Em Março de 2013 aumento de capital da Amulya e Ondurman nos montantes de R\$1.848 e R\$1.041, respectivamente. Em Junho de 2013 redução do capital da Asapir no montante de R\$17.000 e em Dezembro de 2013 aumento do capital da Stenfar no montante de R\$18.877, mediante capitalização de dívida de operações comerciais;
- e) Investida alienada em 28 de maio de 2013, referente à venda do Consórcio Capim Branco Energia (Nota 1.1 (b)).

15 Imobilizado

Controladora							
		Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação		4,67%	5,25%	14,41%	-	-	-
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.733.753	9.822.264	153.601	3.716.040	840.209	16.265.867
Transferências	(c)	(8.624)	245.176	9.105	81.815	(244.806)	82.666
Adições	(b)	3	36.497	4.401	2.885	2.496.449	2.540.235
Baixas		(19.828)	(9.633)	(3.169)	(13.441)	-	(46.071)
Capitalização de juros		-	-	-	-	41.242	41.242
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.705.304	10.094.304	163.938	3.787.299	3.133.094	18.883.939
Transferências		31.401	129.534	(1.155)	(1.557)	(152.642)	5.581
Adições	(b)	-	34.921	6.808	21.993	1.782.987	1.846.709
Baixas	(a)	(3.099)	(28.774)	(485)	(29.698)	(44.290)	(106.346)
Capitalização de juros		-	-	-	-	159.944	159.944
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.733.606	10.229.985	169.106	3.778.037	4.879.093	20.789.827
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2011		(472.313)	(3.284.736)	(114.585)	-	-	(3.871.634)
Transferências	(c)	3.891	(2.826)	(126)	-	-	939
Baixas		12.270	6.857	2.688	-	-	21.815
Depreciação		(38.303)	(391.086)	(9.639)	-	-	(439.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		(494.455)	(3.671.791)	(121.662)	-	-	(4.287.908)
Transferências		(15.886)	(2.421)	(831)	-	-	(19.138)
Baixas	(a)	1.239	19.395	642	-	-	21.276
Depreciação		(36.995)	(464.398)	(9.076)	-	-	(510.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		(546.097)	(4.119.215)	(130.927)	-	-	(4.796.239)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.187.509	6.110.770	38.179	3.778.037	4.879.093	15.993.588
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.210.849	6.422.513	42.276	3.787.299	3.133.094	14.596.031
Consolidado							
		Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação		4,71%	5,17%	14,54%	-	-	-
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.739.993	9.823.527	393.599	4.262.521	840.719	17.060.359
Transferências	(c) (d)	(8.624)	245.176	(222.581)	82.776	(244.804)	(148.057)
Adições	(b)	3	36.497	4.401	14.091	2.497.504	2.552.496
Baixas		(19.871)	(9.633)	(3.360)	(29.583)	-	(62.447)
Capitalização de juros		-	-	-	-	41.242	41.242
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.711.501	10.095.567	172.059	4.329.805	3.134.661	19.443.593
Transferências		31.553	129.937	(823)	4.473	(153.532)	11.608
Adições	(b)	-	38.722	7.181	24.221	1.784.028	1.854.152
Baixas	(a)	(3.140)	(29.750)	(934)	(30.940)	(46.008)	(110.772)
Capitalização de juros		-	-	-	-	159.944	159.944
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.739.914	10.234.476	177.483	4.327.559	4.879.093	21.358.525
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2011		(478.256)	(3.284.924)	(155.584)	-	-	(3.918.764)
Transferências	(c) (d)	3.891	(2.413)	47.217	-	-	48.695
Baixas		12.306	6.857	2.781	-	-	21.944
Depreciação		(38.333)	(391.096)	(18.217)	-	-	(447.646)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		(500.392)	(3.671.576)	(123.803)	-	-	(4.295.771)
Transferências		(15.886)	(2.421)	(831)	-	-	(19.138)
Baixas	(a)	1.273	18.805	711	-	-	20.789
Depreciação		(37.027)	(466.065)	(9.606)	-	-	(512.698)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		(552.032)	(4.121.257)	(133.529)	-	-	(4.806.818)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.187.882	6.113.219	43.954	4.327.559	4.879.093	16.551.707
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.211.109	6.423.991	48.256	4.329.805	3.134.661	15.147.822

- Os valores de baixas incluem, além das baixas por alienação, baixas por obsolescência e sucateamento;
- As adições em Obras em Andamento referem-se substancialmente à construção da fábrica de celulose no Maranhão;
- Reclassificação de itens do ativo imobilizado anteriormente apresentados no Ativo Circulante como Ativos Mantidos para Venda, no montante de R\$36.467, por não atenderem aos critérios do CPC 31; e, gastos com benfeitorias em fazendas, no montante de R\$45.575, anteriormente apresentada em Ativos Biológicos;
- Transferência dos ativos imobilizados relacionados a operação de alienação do Consórcio para Ativos Mantidos para Venda, no montante líquido de R\$185.033. A operação de venda desses ativos foi concluída conforme descrito na Nota 1.1 (b).

A classe de máquinas e equipamentos considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descrito na Nota 17.1.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou o teste anual de recuperação de seus ativos, não sendo identificada nenhuma evidência que denotasse a redução do valor recuperável dos ativos.

15.1 Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$11.179.424 (31 de dezembro de 2012 o montante de R\$9.266.185).

15.2 Despesas capitalizadas

Em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados juros no montante de R\$159.944 referente aos recursos utilizados para investimentos na construção da nova fábrica do Maranhão (31 de dezembro de 2012 o montante de R\$41.242). O valor calculado considera as captações líquidas das aplicações à taxa média de 81,73% do CDI.

16 Ativos Intangíveis

16.1 Ágio

	Consolidado		
	B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	Paineiras Logística	Total
Custo contábil	46.427	10	46.437
Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008	(12.380)	-	(12.380)
Saldo residual em 31 de dezembro de 2013 e de 2012	34.047	10	34.057

16.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Vida útil em anos	Custo contábil	Amortização acumulada	Variação cambial	Valores residuais	
					31/12/2013	31/12/2012
KSR ^(a)						
Relacionamento com Clientes	5	22.617	(12.816)	-	9.801	14.324
Outros Intangíveis ^(b)					-	
Marcas e Patentes	10	2.172	(1.524)	-	648	744
Software	5	73.128	(53.441)	-	19.687	14.315
Saldo Controladora		97.917	(67.781)	-	30.136	29.383
Futuragene ^(a)						
Acordos de Pesquisa e Desenvolvimento	18.8	153.316 (c)	(36.315)	40.355	157.356	146.318
Outros Contratos de Licença	11.8	3.436 (c)	(1.302)	905	3.039	2.976
Outros Intangíveis ^(b)						
Software	5	69	(67)	-	2	5
Saldo Consolidado		254.738	(105.465)	41.260	190.533	178.682

- a) Ativos intangíveis identificados no processo de aquisição desses investimentos. Foi utilizado o Método da Renda para avaliação desses ativos. Este método baseia-se no valor dos fluxos de caixa que o ativo deverá gerar no futuro, no decorrer de sua vida útil remanescente. Sua aplicação consiste de diversas etapas. Primeiro, projetam-se os fluxos de caixa que o ativo deverá gerar, o que envolve uma análise de dados financeiros e entrevistas com os integrantes da área operacional para estimar as receitas e despesas futuras da empresa. Em seguida, descontam-se os fluxos de caixa a valor presente através da aplicação de uma taxa de retorno que reflita o valor do dinheiro ao longo do tempo e o risco do ativo. O valor justo será então igual à soma do valor dos fluxos de caixa projetados ao do valor residual, ambos descontados a valor presente, ao final do período projetivo.
- b) Saldos transferidos da Nota 15 Imobilizado.
- c) Valor convertido pela taxa original do dólar na data da apuração do ganho na alocação do preço pago.

Em 31 de dezembro de 2013 foram amortizados os montantes de R\$9.988 na Controladora e R\$24.164 no Consolidado (no exercício de 2012, os montantes de R\$10.338 e R\$19.293, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhuma evidência que denotasse a redução do valor recuperável desses ativos.

17 Financiamentos e Empréstimos

	Indexador		Taxa média anual de juros em 31/12/2013	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
					31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imobilizado:								
BNDDES - Finem	Taxa fixa / TJLP	(1) (2)	7,14%	2013 a 2023	1.977.233	1.863.415	1.977.233	1.888.985
BNDDES - Finem	Cesta de moedas / US\$	(2)	5,70%	2013 a 2022	2.195.893	1.093.467	2.195.893	1.103.240
BNDDES - Finame	Taxa fixa	(2)	4,50%	2013 a 2019	3.511	4.529	3.511	4.529
FNE - BNB	Taxa fixa	(2)	8,50%	2013 a 2017	75.642	93.800	75.642	93.800
FINEP	Taxa fixa	(2)	4,42%	2013 a 2020	49.597	56.555	49.597	56.555
Crédito Rural	Taxa fixa		5,50%	2014	20.436	20.457	20.436	20.457
Arrendamento mercantil financeiro	CDI / US\$		9,87%	2013 a 2022	33.873	61.021	33.873	61.021
Financiamentos de Importações - ECA	US\$	(2) (3) (4)	1,90%	2013 a 2022	1.233.947	148.371	1.233.947	148.371
Capital de giro:								
Financiamentos de exportações	US\$		4,49%	2013 a 2021	2.054.668	1.998.656	2.054.668	1.998.656
Nordic Investment Bank				-	-	68.488	-	68.488
Nota de crédito de exportação	CDI / Taxa fixa	(6)	10,57%	2013 a 2021	3.514.454	3.070.854	3.514.454	3.070.854
BNDDES - EXIM	TJLP	(1)	-	2013	-	60.511	-	60.511
Senior Notes	Taxa fixa	(5)	5,88%	2021	-	-	1.525.848	1.335.465
Desconto de Duplicatas-Vendor				2013 a 2014	42.566	86.727	42.566	86.727
Outros				2013 a 2014	3.245	1.634	15.661	19.616
					11.205.065	8.628.485	12.743.329	10.017.275
Parcela circulante (inclui juros a pagar)					955.462	946.856	1.007.157	1.034.647
Parcela não circulante					10.249.603	7.681.629	11.736.172	8.982.628
Os financiamentos e empréstimos não circulantes vencem como segue:								
2014					-	625.266	-	625.266
2015					959.074	808.142	959.074	808.142
2016					2.209.113	1.838.590	2.209.113	1.838.590
2017					1.940.820	1.807.478	1.940.820	1.807.478
2018					1.338.181	963.990	1.338.181	963.990
2019					2.060.391	749.341	2.060.391	749.341
2020					692.944	630.024	692.944	630.024
2021 em diante					1.049.081	258.798	2.535.650	1.559.797
					10.249.603	7.681.629	11.736.172	8.982.628

- 1) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central;
- 2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária;

- 3) Em outubro de 2006 a Companhia assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor de US\$150.000, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri - BA. Este contrato possui cláusulas determinando a manutenção dos seguintes níveis máximos de alavancagem: (a) razão entre endividamento líquido consolidado e EBITDA não superior ou igual a 3,5, e (b) razão entre endividamento líquido consolidado e patrimônio líquido consolidado não superior ou igual a 1,5, durante o prazo de vigência da dívida, cuja verificação acontece no encerramento de cada exercício social. Com relação ao exercício social de 2013, a Companhia obteve anuência do credor para o cumprimento dos mesmos em níveis diferentes do estabelecido. Além do contrato mencionado, em março de 2004, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco BNP Paribas no valor total de US\$20.000, com o objetivo de financiar equipamentos importados para modernização da unidade de Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando a manutenção dos seguintes níveis máximos de alavancagem: (a) razão entre endividamento líquido consolidado e EBITDA não superior ou igual a 3,8, e (b) razão entre endividamento líquido consolidado e patrimônio líquido consolidado não superior ou igual a 1,5, durante o prazo de vigência da dívida, cuja verificação acontece no encerramento de cada exercício social. Com relação ao exercício social de 2013, a Companhia obteve anuência do credor para o cumprimento dos mesmos em níveis diferentes do estabelecido.
- 4) Em maio de 2013 a Companhia captou recursos referentes à contratação de duas operações financeiras de financiamento à importação (ECA – Export Credit Agency) de equipamentos destinados às instalações da futura unidade de produção de celulose no Maranhão. O montante total contratado equivale a US\$535.000, pelo prazo de até 9,5 anos, com as instituições financeiras AB Svensk Exportkredit, BNP Paribas via subsidiária Fortis Bank SA/NV, Nordea Bank Finland Plc, Nordea Bank AB e Société Générale, e com garantia das “Export Credit Agency” FINNVERA e EKN. Estes contratos possuem cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, cuja verificação acontece nos meses de junho e dezembro de cada exercício social. Com relação ao exercício social de 2013, a Companhia cumpriu com os níveis estabelecidos.
- 5) Em setembro de 2010 a Companhia, por intermédio da sua subsidiária internacional Suzano Trading (conforme Nota 10), emitiu *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US\$650.000 com vencimento em 23 de janeiro de 2021, cupom com pagamento semestral de 5,875% a.a. e retorno para o investidor de 6,125% a.a. A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante. Em setembro de 2013, a Companhia, também por intermédio da sua subsidiária internacional Suzano Trading, recomprou US\$3.800 do valor de principal das *Senior Notes* emitidas.
- 6) Em dezembro de 2013 a Companhia contratou uma operação de Financiamento à Exportação de R\$200.000 com vencimento em 2016 junto a Caixa Econômica Federal. Os juros serão pagos trimestralmente e o principal será pago no vencimento do contrato.

Apresentamos a seguir a movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldos iniciais	8.628.485	6.537.798	10.017.275	7.888.105
Captações	4.124.891	3.676.713	4.124.891	3.676.713
Juros apropriados	641.066	445.310	724.648	535.349
Variação cambial	699.151	311.461	887.213	427.975
Liquidação de principal	(2.212.088)	(1.844.259)	(2.255.424)	(1.931.443)
Liquidação de juros	(560.781)	(480.405)	(643.373)	(564.825)
Custos de captação	(158.626)	(20.708)	(158.626)	(20.708)
Amortização dos custos de captação	42.967	2.575	46.725	6.109
	11.205.065	8.628.485	12.743.329	10.017.275

17.1 Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos mercantis em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Limeira/SP e Mucuri/BA. Esses contratos são denominados em dólares norte-americanos ou CDI e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores contabilizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Máquinas e equipamentos	150.582	150.582
(-) Depreciação acumulada	(120.475)	(109.707)
Imobilizado líquido	30.107	40.875
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos):		
Menos de 1 ano	12.949	33.279
Mais de 1 ano e até 5 anos	14.430	19.810
Mais de 5 anos	6.494	7.932
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	33.873	61.021
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	7.337	9.233
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	41.210	70.254

17.2 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos dos custos com captação de recursos financeiros a apropriar no resultado consolidado estão abaixo apresentados:

Natureza	Custo Total	Amortizações	Variação Cambial	Consolidado	
				Saldo a amortizar	
				31/12/2013	31/12/2012
Senior Notes	29.284 (1)	(13.272) (2)	11.207	27.219 (2)	27.276 (2)
Debêntures 3ª e 5ª emissão	38.806	(38.806)	-	-	4.825
NCE	54.106	(15.929)	-	38.177	23.473
Pré-Pagamento	27.893	(18.064)	-	9.829	-
Importação (ECA)	101.041 (3)	(11.611)	-	89.430	-
Crédito Rural	94	(73)	-	21	17
Total	251.224	(97.755)	11.207	164.676	55.591

(1) Montante em Reais na data da captação, taxa da captação US\$ 1,6942.

(2) Montantes convertidos para Reais nas respectivas datas pela taxa do dólar de fechamento.

(3) Custos relacionados a prêmios de seguros, honorários e taxas.

18 Debêntures

Controladora e Consolidado			31/12/2013		31/12/2012	Indexador	Taxa anual de Juros	Resgate
Emissão	Série	Quantidade	Circulante	Não circulante	Circulante e não circulante			
3ª	1ª	-	-	-	-	585.969	IGP-M	10% *
3ª	2ª	167.000	1.386	132.270	133.656	115.705	USD	9,85%
5ª	1ª	-	-	-	-	52	IPCA	4,50%
5ª	2ª	-	-	-	-	103	IPCA	4,50%
			1.386	132.270	133.656	701.829		

*O papel foi emitido com deságio no montante de R\$38.728, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação, de 8% a.a. para 10% a.a.

18.1 Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, realizada em agosto de 2004, é composta de duas séries. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2007, foram aprovadas: (i) a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª série, anteriormente prevista para 01 de abril de 2014, passando para 7 de maio de 2019 e (ii) a alteração dos juros remuneratórios, que até 22 de maio de 2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir daquela data e até o vencimento, para 9,85% a.a.

Em decorrência dos eventos descritos na Nota 1.1 (e), todas as debêntures da 1ª série foram liquidadas e a Companhia deve voltar a observar o referido nível máximo de alavancagem a partir do 2º trimestre de 2014.

18.2 Debêntures da 5ª emissão

A 5ª emissão foi concluída em junho de 2011, com data de emissão em 15 de dezembro de 2010, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$401.819 e a segunda no valor nominal de R\$798.181, que foram colocadas em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas sendo totalmente subscritas.

Em decorrência da Oferta de Ações da Companhia, parte substancial dos debenturistas das debêntures da 5ª emissão exerceram seu direito de converter suas debêntures pelo mesmo valor da ação na Oferta de Ações. Foram convertidas 401.526 debêntures da 1ª série e 797.596 debêntures da 2ª série, as quais resultaram na emissão de 110.591 mil ações ordinárias e 219.679 mil ações preferenciais Classe "A" da Companhia, respectivamente.

Em decorrência do vencimento das debêntures em 16 de dezembro de 2013, foram convertidas 293 debêntures da 1ª série e 585 debêntures da 2ª série as quais resultaram na emissão de 20.468 ações ordinárias e 40.896 ações preferenciais Classe "A" da Companhia, respectivamente.

19 Provisão para Contingências

As provisões para contingências observam os seguintes critérios: i) para os casos em que a possibilidade de perda é remota, não é constituída provisão, ii) para os casos em que a perspectiva de perda é possível, é feita a divulgação em nota explicativa e adicionalmente uma análise individualizada e criteriosa, com base em dados pretéritos e perspectiva de desfecho, para determinação da estimativa de seu efeito financeiro, sendo que, caso haja a probabilidade de desembolso, a Administração opta pela

constituição de provisão, consoante procedimento interno existente e iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, a Administração constitui provisão.

Assim sendo, apresentamos a movimentação das provisões no período:

Controladora						
	Saldo em 31/12/2012	Novos processos	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2013
Tributários e previdenciários	165.255	17.519	(22.213)	13.367	(2.751)	171.177
Trabalhistas	20.730	4.342	(440)	1.399	(4.120)	21.911
Cíveis	6.433	1.183	(27)	1.786	(2.050)	7.325
	192.418	23.044	(22.680)	16.552	(8.921)	200.413

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2012	Novos processos	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2013
Tributários e previdenciários	165.255	17.519	(22.213)	13.367	(2.751)	171.177
Trabalhistas	28.159	4.638	(992)	1.655	(5.320)	28.140
Cíveis	6.433	1.183	(27)	1.786	(2.050)	7.325
	199.847	23.340	(23.232)	16.808	(10.121)	206.642

Processos tributários e previdenciários

A Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 300 processos administrativos e judiciais, de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como PIS, COFINS, IPI, ICMS, IRPJ e contribuição previdenciária, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração. Para os processos, cujo prognóstico de perda é provável, a Companhia possui provisão no montante de R\$10.047.

A Companhia aderiu ao REFIS – Lei nº 11.941/09, no tocante a alguns processos, no montante aproximado de R\$11.954, valor esse que se encontra devidamente provisionado.

Em 20 de dezembro de 2013, mediante a reabertura do prazo de adesão ao REFIS-Lei 12.865/13, a Companhia realizou o pagamento à vista do valor principal no montante de R\$2.347 com redução integral da multa e redução do juros, pago com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

Ademais, a Companhia é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$548.757 e para os quais há provisão constituída de R\$26.785.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém R\$45.165 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (em 31 de dezembro de 2012, o montante era de R\$44.728).

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 1.617 processos de natureza trabalhista, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas industriais, como verbas

salariais e rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas terceirizadas que prestam serviços a Companhia. Para os processos, cujo prognóstico de perda é provável, a Companhia possui provisão no montante de R\$19.666.

Adicionalmente, a Companhia é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$30.895 e para os quais há provisão constituída de R\$9.268.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém R\$15.953 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (em 31 de dezembro de 2012, o montante era de R\$9.824).

Processos cíveis

A Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 185 processos cíveis, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de acidente de trabalho, possessória, ambiental, dentre outras. Para os processos, cujo prognóstico de perda é provável, a Companhia possui provisão no montante de R\$3.981.

Adicionalmente, a Companhia é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$231 e para os quais há provisão constituída de R\$69.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém R\$313 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (em 31 de dezembro de 2012, o montante era de R\$329).

20 Passivos atuariais

A Companhia assegura a um grupo pré-determinado de aposentados, de forma vitalícia, quatro planos de benefícios definidos. São eles:

- Programa de assistência médica Sepaco: Assegura o custeio de assistência médica junto a uma rede credenciada e ao Hospital Sepaco, para ex-funcionários que requereram aposentadoria até 2003 (até 1998 para os ex-funcionários da antiga Ripasa), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.
- Programa de assistência médica Bradesco: Assegura o custeio de assistência médica junto ao Bradesco Saúde, para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
- Programa de assistência médica Sul América Saúde (unidade de Limeira, antiga Conpacel): Assegura o custeio de assistência médica junto a Sul América, para o conjunto de ex-funcionários com direito adquirido, segundo critérios e direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
- Seguro de vida: Oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados junto ao Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor das obrigações futuras destes benefícios foi de R\$255.138 (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$289.277).

As principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo do plano médico e seguro de vida estão demonstradas abaixo:

	Premissas atuariais	
	2013	2012
Taxa de desconto - plano médico	6,5% a.a.	4,0% a.a.
Taxa de desconto - seguro de vida	6,25% a.a.	3,5% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,0% a.a.	3,0% a.a.
Inflação econômica	5,0% a.a.	4,25% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-83
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57

Em 31 de dezembro de 2013, a sensibilidade do saldo do passivo atuarial às mudanças nas principais premissas utilizadas, considerando mantidas as demais, é a seguinte:

	Mudança	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,75 %	Aumento de 6,37 %
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 6,53 %	Redução de 5,93 %
Mortalidade	1 ano	Aumento de 3,97 %	Redução de 3,91 %

Apresentamos demonstrativo da movimentação do passivo atuarial:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	289.277	218.627
Redução passivo atuarial ^(a)	-	(2.475)
Juros sobre obrigação atuarial	26.991	26.930
(Ganho) Perda atuarial	(47.307)	61.865
Benefícios pagos no exercício	(13.823)	(15.670)
Saldo final	255.138	289.277

a) Em 31 de dezembro de 2012 a redução do passivo atuarial foi decorrente da mudança dos planos da Unidade Limeira.

21 Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida – Suzano Prev

O plano de previdência complementar Suzano Prev é administrado pela BrasilPrev. As contribuições da Companhia e dos colaboradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$6.386 e R\$10.622, respectivamente (31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$5.552 e R\$9.213, respectivamente).

22 Plano de Remuneração Baseado em Ações

22.1 Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em moeda corrente

Para seus principais executivos e membros chave, a Companhia possui plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia de 'ações fantasma' a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas anualmente em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos, determinados com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão; e iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia, e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões.

As condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas após um período de carência de três anos e, quando aplicável, até um período limite de seis anos, a contar da data da outorga. As condições de aquisição não são satisfeitas quando: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item (iii) do parágrafo anterior, houver desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento) e ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasma.

Para o programa de 2006, havia limitação de valorização das ações fantasma em 120% do valor de outorga.

O preço de exercício de cada ação fantasma é determinado pela média das ações preferenciais da Companhia nos últimos 90 pregões, a contar da data de exercício, acrescidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício, multiplicados por um percentual de desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes, quando aplicável.

Conforme determinado na reunião do Comitê de Gestão em Outubro de 2012, o valor das ações de todos os programas vigentes até 31 de dezembro de 2012 será fixado no valor mínimo de R\$9,00 por ação.

Em 2012 foram outorgados os Programas Especial 2012a (anteriormente denominado ILP Especial I) e os Programas Especial 2012b e Especial 2012c (anteriormente denominados ILP Especial II).

O Programa Especial 2012a possui um valor mínimo para resgate fixado em R\$9,00 e um valor máximo de R\$15,53 por ação. O Programa Especial 2012b e

Programa Especial 2012c possuem um resgate mínimo garantido em R\$ 9,00, sem um valor máximo fixado.

Em 1º de março de 2013 foi outorgado o Programa ILP 2013. Este programa de ações fantasma tem o prazo de carência de 3 anos a partir da data de outorga e prazo de vencimento de 6 anos em relação à data de outorga. O valor de exercício das ações fantasma é baseado na média dos últimos 90 pregões anteriores à data de exercício.

22.2 Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações ou alternativamente em moeda corrente (Opções de compra de ações preferenciais Classe 'A')

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações preferenciais Classe 'A' ('Plano') da Companhia.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Segundo o Plano, as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de agosto de 2009 e 11 de agosto de 2010 (datas das outorgas), foram aprovados o primeiro (já encerrado) e o segundo Programas do Plano no qual a Companhia outorgou opções de compra aos beneficiários, assim como determinou as seguintes condições para que estes passem a ter direito de exercício dessas opções (condições de aquisição e não aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa, pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente em quantidade pro rata ao prazo de carência das ações fantasma; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções.

O Preço de Exercício foi fixado, por opção, em R\$15,53 para o programa 2, deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício da opção, sendo ambos atualizados com base no Custo Médio Ponderado de Capital da Companhia (CMPC) calculado por instituições financeiras renomadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o 3º Programa de Opção de Compra de Ações. Este programa concede aos beneficiários o direito de comprar ações da Companhia por um preço pré-definido desde que as metas relacionadas a: (i) Valorização das Ações da Companhia, (ii) Relação Dívida Líquida / EBITDA e (iii) ROE (Retorno on Equity) sejam atingidas. A superação das metas descritas também tem o efeito de redução do período de carência dos lotes de opções em 12 meses.

Os períodos de carência e vencimento do Programa 2 e Programa 3 são apresentados abaixo:

Programa	Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
Programa 2	1a. data de exercício: de 01/08/2013 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	2a. data de exercício: de 01/08/2014 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3a. data de exercício: de 01/08/2015 a 31/12/2015	360.000 ações ou 60% do total de ações sob opção
Programa 3	1a. data de exercício: de 18/01/2015 a 18/04/2015	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	2a. data de exercício: de 18/01/2016 a 18/04/2016	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3a. data de exercício: de 18/01/2018 a 18/04/2018	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	4a. data de exercício: de 18/01/2019 a 18/04/2019	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	5a. data de exercício: de 18/01/2020 a 18/04/2020	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção

Em 31 de dezembro de 2013, há 16.155 mil ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

22.3 Resumo das movimentações dos planos de remuneração baseados em ações

Incentivo de Longo Prazo – Ações fantasma

Controladora e Consolidado												
31/12/2013												
Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	1a. Carência	2a. Carência	Disponíveis no início do período	Outorgas no período	Exercida	Exercida por Demissão	Transferência Entrada ⁽¹⁾	Abandonada/Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período
ILP 2006 (PN)	01/05/2007	R\$ 23,38	R\$ 9,00	01/09/2010	01/09/2013	650	-	650	-	-	-	9,00
ILP 2007 (PN)	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 9,00	01/03/2011	01/03/2014	21.448	-	9.278	-	873	-	13.043
ILP 2008 (PN) mar-09	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 9,00	01/03/2012	01/03/2015	110.287	-	62.407	-	7.889	-	55.769
ILP 2009 A - mar08	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 9,00	01/03/2013	01/03/2016	64.485	-	56.164	-	3.342	-	11.663
ILP 2008 A - mar08 / mar12	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 9,00	01/03/2012	01/03/2015	21.029	-	12.708	-	3.342	-	11.663
ILP 2008 - jan09 / set12 (i)	01/01/2009	R\$ 18,01	R\$ 9,00	01/03/2012	01/09/2015	9.767	-	-	9.767	-	-	-
ILP 2008 - jan09 / set12 (ii)	01/01/2009	R\$ 18,01	R\$ 9,00	01/03/2012	01/03/2015	16.502	-	-	-	-	-	16.502
ILP 2007 (PE)	01/08/2008	R\$ 34,74	R\$ 9,00	01/09/2014	01/09/2014	10.125	-	-	-	-	-	10.125
ILP 2007 (PN) - PA	01/03/2008	R\$ 43,38	R\$ 9,00	01/03/2011	01/03/2014	5.356	-	2.519	-	-	-	2.837
ILP 2009 - mar09 / mar12	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 9,00	01/03/2012	01/03/2015	55.241	-	45.403	-	4.886	-	14.724
ILP 2009 M - set09 / set12	01/09/2009	R\$ 15,11	R\$ 9,00	01/09/2012	01/09/2015	141.078	-	109.241	2.307	2.475	-	27.055
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 9,00	01/03/2013	01/03/2016	182.926	-	129.356	6.018	3.284	-	50.836
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 9,00	01/03/2014	01/03/2017	395.168	-	61.470	21.841	10.723	-	322.580
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,49	R\$ 9,00	01/03/2015	01/03/2018	1.009.121	-	143.721	45.110	39.319	-	859.609
ILP 2011 (F)	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 9,00	01/03/2014	01/03/2017	7.159	-	-	-	-	-	7.159
ILP 2009 (J)	01/09/2010	R\$ 17,25	R\$ 9,00	01/09/2013	01/09/2016	3.441	-	-	-	-	-	3.441
Programa Específico - mar09/set12	01/06/2009	R\$ 15,11	R\$ 9,00	01/09/2012	01/09/2015	23.275	-	23.275	-	-	-	9,00
ILP 2012 (PE)	30/09/2012	R\$ 9,00	R\$ 9,00	30/09/2015	30/09/2018	35.225	-	-	-	-	-	35.225
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 8,94	01/03/2016	01/03/2019	-	1.180.153	35.953	-	-	62.014	1.082.186
Programa Especial 2012a ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2014	31/03/2014	70.000	-	-	-	-	-	70.000
Programa Especial 2012a ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2015	31/03/2015	70.000	-	-	-	-	-	70.000
Programa Especial 2012b ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2014	31/03/2014	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Programa Especial 2012b ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2014	31/03/2014	40.000	-	-	-	-	-	40.000
Programa Especial 2012b ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2015	31/03/2015	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Programa Especial 2012b ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2015	31/03/2015	40.000	-	-	-	-	-	40.000
Programa Especial 2012c ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2014	31/03/2014	80.000	-	-	-	-	-	80.000
Programa Especial 2012c ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2015	31/03/2015	80.000	-	-	-	-	-	80.000
Programa Especial 2012c ⁽²⁾	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2016	31/03/2016	140.000	-	-	-	-	-	140.000
TOTAL						2.672.283	1.180.153	692.145	85.043	76.133	62.014	3.084.417

⁽¹⁾ Ações recebidas em decorrência de transferência de colaboradores da Futuragene para Suzano Papel e Celulose S.A.

⁽²⁾ O Programa ILP Especial I foi renomeado para Programa Especial 2012a e o Programa ILP Especial II foi renomeado para Programa Especial 2012b e Programa Especial 2012c

31/12/2012

Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	1a. Carência	2a. Carência	Quantidade							Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
						Disponíveis no Início do Período	Outorgas no período	Exercida	Exercida por demissão	Transferência Entrada ⁽¹⁾	Não exercida por demissão	Disponíveis no Fim do Período	
ILP 2006 (PN)	01/05/2007	R\$ 23,38	R\$ 9,00	01/09/2010	01/09/2013	31.105	-	30.455	-	-	-	650	-
ILP 2007 (PN)	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 9,00	01/03/2011	01/03/2014	146.180	-	-	124.732	-	-	21.448	4,54
ILP 2007 (PN) - PA	01/03/2008	R\$ 43,38	R\$ 0,01	01/03/2011	01/03/2014	10.181	-	-	4.825	-	-	5.356	-
ILP 2007 (PE)	01/08/2008	R\$ 34,74	R\$ 9,00	01/09/2014	-	10.125	-	-	-	-	-	10.125	-
ILP 2009 - mar08 / mar12	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 9,00	01/03/2012	01/03/2015	78.019	-	-	56.990	-	-	21.029	4,54
ILP 2009 A - mar08	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 9,00	01/03/2013	01/03/2016	78.019	-	-	13.534	-	-	64.485	4,54
ILP 2008 jan09 / set12 (i)	01/01/2009	R\$ 18,01	R\$ 9,00	01/03/2012	01/09/2015	9.767	-	-	-	-	-	9.767	-
ILP 2008 jan09 / set12 (ii)	01/01/2009	R\$ 18,01	R\$ 9,00	01/03/2012	01/03/2015	16.502	-	-	-	-	-	16.502	-
ILP 2008 (PN) mar-09	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 9,00	01/03/2012	01/03/2015	276.997	-	-	166.710	-	-	110.287	4,54
ILP 2009 - mar09 / mar12	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 9,00	01/03/2012	01/03/2015	131.352	-	-	76.111	-	-	55.241	-
ILP 2009 M - set09 / set12	01/09/2009	R\$ 15,11	R\$ 9,00	01/09/2012	01/09/2015	209.057	-	-	67.979	-	-	141.078	4,54
Programa Específico - mar09 / set12	01/09/2009	R\$ 15,11	R\$ 9,00	01/09/2012	01/09/2015	23.275	-	-	-	-	-	23.275	-
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 9,00	01/03/2013	01/03/2016	275.448	-	-	92.522	-	-	182.926	4,54
ILP 2009 (J)	01/09/2010	R\$ 17,25	R\$ 9,00	01/09/2013	01/09/2016	3.441	-	-	-	-	-	3.441	-
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 9,00	01/03/2014	01/03/2017	499.600	-	-	104.432	-	-	395.168	4,54
ILP 2011 (F)	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 9,00	01/03/2014	01/03/2017	7.159	-	-	-	-	-	7.159	-
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,49	R\$ 9,00	01/03/2015	01/03/2018	1.165.351	-	-	146.803	9.427	-	1.009.121	4,54
ILP 2012 (PE)	30/09/2012	R\$ 9,00	R\$ 9,00	01/09/2015	01/09/2018	35.225	-	-	-	-	-	35.225	-
Programa Especial 2012a	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2014	31/03/2014	-	70.000	-	-	-	-	70.000	-
Programa Especial 2012a	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2015	31/03/2015	-	70.000	-	-	-	-	70.000	-
Programa Especial 2012b	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2014	31/03/2014	-	30.000	-	-	-	-	30.000	-
Programa Especial 2012b	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2014	31/03/2014	-	40.000	-	-	-	-	40.000	-
Programa Especial 2012b	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2015	31/03/2015	-	30.000	-	-	-	-	30.000	-
Programa Especial 2012b	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2015	31/03/2015	-	40.000	-	-	-	-	40.000	-
Programa Especial 2012c	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2014	31/03/2014	-	60.000	-	-	-	-	60.000	-
Programa Especial 2012c	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2015	31/03/2015	-	80.000	-	-	-	-	80.000	-
Programa Especial 2012c	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 9,00	31/03/2016	31/03/2016	-	140.000	-	-	-	-	140.000	-
TOTAL						3.006.803	560.000	30.455	854.638	9.427	-	2.672.283	4,54

⁽¹⁾ Ações recebidas em decorrência de transferência de colaboradores da Suzano Holding para Suzano Papel e Celulose S.A.

Incentivo de Longo Prazo – Opções de compra de ações preferenciais Classe ‘A’

Controladora e Consolidado

31/12/2013

Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1ª data exercício	2ª data exercício e expiração	Preço	Quantidade de ações				
					Na data de outorga	Outorgadas	Exercidas	Não exercida por demissão	Expiradas	Total em vigor em 31/12/2013
Programa 2	Série I	11/08/2010	01/08/2013	31/12/2015	5,97	120.000	40.000	-	-	80.000
	Série II	11/08/2010	01/08/2014	31/12/2015	5,97	120.000	40.000	-	-	80.000
	Série III	11/08/2010	01/08/2015	31/12/2015	5,97	360.000	120.000	-	-	240.000
Programa 3	Série I	18/01/2013	18/01/2015	18/04/2015	3,53	1.800.000	-	-	-	1.800.000
	Série II	18/01/2013	18/01/2016	18/04/2016	3,71	1.800.000	-	-	-	1.800.000
	Série III	18/01/2013	18/01/2018	18/04/2018	3,91	1.800.000	-	-	-	1.800.000
	Série IV	18/01/2013	18/01/2019	18/04/2019	3,96	1.800.000	-	-	-	1.800.000
	Série V	18/01/2013	18/01/2020	18/04/2020	3,99	1.800.000	-	-	-	1.800.000
Total						9.600.000	200.000	-	-	9.400.000

22.4 Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações

Plano de ações fantasma

Por ser um Plano liquidado em caixa, a Suzano deve revisar o valor justo das ações fantasma em toda divulgação de resultados. Conforme apresentado anteriormente, o valor justo é calculado pela média dos últimos 90 pregões da ação SUZB5 pelo volume negociado em cada data. Este valor é multiplicado pelo TRS (*Total Shareholder Return*) observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

Plano de opção de compra de ações

Para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe A do Programa 2 e Programa 3, a Companhia utilizou, respectivamente, os modelos matemáticos de aproximação para opções de Bjerksund & Stensland e modelo Binomial, os quais consideraram a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores	
	Opções Programa II	Opções Programa III
Modelo de Cálculo	Bjerk Sund-Stensland	Binomial
Preço do ativo base ⁽¹⁾	R\$7,02/ ação	R\$ 7,73/ ação
Expectativa de volatilidade ⁽²⁾	40,02% a.a.	40,47% a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções ⁽³⁾	2,59 anos	Igual à vida da opção
Expectativa de dividendos ⁽⁴⁾	3,61% a.a.	3,49% a.a.
Taxa de juros média ponderada livre de risco ⁽⁵⁾	média de 8,02%	média de 8,99%

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos;

(3) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações contábeis estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	20.469	13.243	(14.182)	(8.548)
Provisão com plano de opções de compra de ações	-	5.379	1.759	(4.231)
Total do plano de remuneração baseado em ações	<u>20.469</u>	<u>18.622</u>		
Patrimônio líquido				
Reserva de opções de compra de ações	<u>16.367</u>	<u>1.356</u>	<u>(13.691)</u>	<u>(164)</u>
Resultado			<u>(26.114)</u>	<u>(12.942)</u>

23 Dívidas com Aquisição de Ativos

A Companhia e suas controladas realizaram transações para aquisição de terras e reflorestamento através de “Contratos de Compra e Venda” e “Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)” conforme apresentado abaixo:

Empresas compradoras	Suzano	Ondurman	Amulya
<i>Características do contrato</i>			
Valor do contrato	51.716	75.000	59.379
Tipo de imóvel	Casas em construção	Terras	Terras
Tipo de contrato	CRI	CRI	CRI
Companhia securitizadora / emissor	RB Capital Companhia de Securitização	Brazilian Securities	Brazilian Securities
Agente fiduciário	Pentágono	Oliveira Trust Dist. Tit. Mob.	Oliveira Trust Dist. Tit. Mob.
Data de emissão	13/12/2012	27/10/2009	21/02/2011
Prazo final	13/12/2024	27/10/2023	21/02/2025
Nº de parcelas	11	168	168
Periodicidade de pagamento	Anual	Mensal	Mensal
Prazo	12 anos (incluso 24 meses de carência)	14 anos	14 anos
Índice de reajuste	IPCA	TR	TR
Juros remuneratórios	5,68% a.a.	11,40% a.a.	11,23% a.a.

Em 31 de dezembro de 2013, as dívidas são relacionadas a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas em construção no Maranhão totalizam o montante de R\$177.688 no Consolidado, apresentadas na rubrica de Dívidas com Aquisição de Ativos no Passivo Circulante e Não Circulante (31 de dezembro de 2012, o montante de R\$176.456).

24 Patrimônio Líquido

24.1 Capital autorizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2012, foi aprovada a criação de capital autorizado para Ações Ordinárias e alteração do limite do capital autorizado das ações preferenciais classe A. Por deliberação do Conselho de Administração ou Assembleia Geral, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 260.040 mil ações ordinárias, 517.080 mil ações preferenciais classe "A" e 3.000 mil ações preferenciais classe "B", todas exclusivamente escriturais.

24.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Companhia é de R\$6.241.753 dividido em 1.107.739 mil ações, sem valor nominal, das quais 371.149 mil são ordinárias, nominativas, 734.649 mil são preferenciais classe A e 1.941 mil são preferenciais classe B, ambas escriturais. São mantidas em tesouraria 22.941 mil ações, sendo 6.786 mil ordinárias, 14.245 mil preferenciais classe A e 1.910 mil preferenciais classe B.

A composição do capital social está abaixo apresentada:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS CLASSE "A"		PREFERENCIAIS CLASSE "B"		TOTAL GERAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Suzano Holding S.A.	354.349.459	95,47	3.245.073	0,44	17.698	0,91	357.612.230	32,27
David Feffer	2.280	0,00	48.815.984	6,65	-	-	48.818.264	4,41
Daniel Feffer	2.280	0,00	44.151.315	6,01	-	-	44.153.595	3,99
Jorge Feffer	2.279	0,00	42.497.581	5,78	-	-	42.499.860	3,84
Ruben Feffer	2.280	0,00	42.930.798	5,84	-	-	42.933.078	3,88
Outros Controladores e Administradores	10.003.760	2,70	79.502.635	10,82	3.183	0,16	89.509.578	8,08
Sub Total	364.362.338	98,17	261.143.386	35,54	20.881	1,07	625.526.605	56,47
BNDESPAR	-	-	129.509.862	17,63	-	-	129.509.862	11,69
Tesouraria	6.786.194	1,83	14.244.988	1,94	1.909.699	98,40	22.940.881	2,07
Outros acionistas	-	-	329.751.090	44,89	10.239	0,53	329.761.329	29,77
TOTAL	371.148.532	100,00	734.649.326	100,00	1.940.819	100,00	1.107.738.677	100,00

Em 31 de dezembro de 2013, as ações Preferenciais SUZB5 encerraram o período cotadas a R\$9,24 (31 de dezembro de 2012, cotadas a R\$7,02).

24.3 Reservas

Reserva de lucros

A reserva para aumento de capital é composta por 90% do saldo remanescente dos lucros do exercício, após dividendos e reserva legal, e objetiva assegurar a Companhia adequadas condições operacionais.

A reserva estatutária especial acolhe os restantes 10% do saldo remanescente dos lucros do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos.

Reserva de capital

A reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais, reserva de opções de compra de ações, ações em tesouraria e os custos diretamente atribuíveis a Oferta de Ações, substancialmente compostos por despesas com comissões, honorários de advogados, consultores e auditores.

24.4 Ações em tesouraria

	Quantidade de ações				R\$ (em milhares)	Preço médio (R\$)
	ON	PNA	PNB	Total		
Saldo em 31/12/2012	6.786.194	8.948.388	1.909.699	17.644.281	273.522	15,50
Ações adquiridas	-	5.296.600	-	5.296.600	38.718	7,31
Saldo em 31/12/2013	6.786.194	14.244.988	1.909.699	22.940.881	312.240	13,61

24.5 Ajuste de avaliação patrimonial e Outros resultados abrangentes

Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou na rubrica de Outros Resultados Abrangentes as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS.

Outros resultados abrangentes

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas das Variações Cambiais sobre investidas no exterior, o ganho ou perda com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos.

24.6 Lucro por ação

Básico

O Lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B
Prejuízo atribuível aos acionistas	(69.426)	(151.026)	(7)
Quantidade média ponderada de ações no período	371.130	734.612	1.941
Média ponderada das ações em tesouraria	(6.786)	(14.090)	(1.910)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	364.344	720.522	31
Prejuízo básico por ação	(0,19055)	(0,20961)	(0,22581)

	31/12/2012			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas	(56.873)	(125.246)	(6)	(182.126)
Quantidade média ponderada de ações no período	247.298	484.309	1.935	733.542
Média ponderada das ações em tesouraria	(6.786)	(2.804)	(1.910)	(11.500)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	240.512	481.505	25	722.042
Prejuízo básico por ação	(0,23647)	(0,26011)	(0,24000)	

Diluído

O Lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia apresenta duas categorias de ações potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações por opção do titular e debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais.

	31/12/2013			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas	(69.185)	(151.267)	(7)	(220.459)
Quantidade média ponderada de ações em circulação	364.344	720.522	31	1.084.897
Ajuste por opções de compra de ações	-	3.661	-	3.661
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	364.344	724.183	31	1.088.558
Prejuízo diluído por ação	(0,18989)	(0,20888)	(0,22581)	

	31/12/2012			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas	(56.884)	(125.236)	(6)	(182.126)
Quantidade média ponderada de ações em circulação	240.512	481.505	25	722.042
Ajuste por opções de compra de ações e debêntures da 5ª emissão	3	(123)	-	(120)
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	240.515	481.382	25	721.922
Prejuízo diluído por ação	(0,23651)	(0,26016)	(0,24000)	

24.7 Dividendos

Distribuição de Dividendos

Em 30 de abril de 2013, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e (AGOE), sendo aprovada a proposta da administração para distribuição de dividendos no montante total de R\$100.000, a serem distribuídos aos acionistas e debitados da Reserva Estatutária Especial, da seguinte forma: R\$0,08655 (oito centavos de real e seiscentos e cinquenta e cinco milésimos de centavo de real) para as ações ordinárias de dividendo pleno; R\$0,09521 (nove centavos de real e quinhentos e vinte e um milésimos de centavo de real) para as ações preferenciais classe “A” de dividendo pleno, R\$0,34519 (trinta e quatro centavos de real e quinhentos e dezenove milésimos de centavo de real) para as ações preferenciais classe “B” de dividendo pleno; R\$0,03984 (três centavos de real e novecentos e oitenta e quatro milésimos de centavo de real) para as ações ordinárias “pro-rata” emitidas em 16 de julho de 2012 e R\$0,04669 (quatro centavos de real e seiscentos e sessenta e nove milésimos de centavo de real) para as ações preferenciais classe “A” “pro-rata” emitidas em 05 de julho de 2012. Os dividendos ora propostos foram pagos, (creditados em conta) aos

acionistas em 10 de maio de 2013, com base na posição acionária desta data, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 02 de maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia propõe o pagamento de dividendos no montante de R\$122.000 a serem atribuídos às Reservas de Lucros existentes.

25 Outras Receitas Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado na venda de outros produtos	(4.085)	(387)	9.150	7.863
Ganho com a redução do passivo atuarial	-	2.475	-	2.475
Reversão de provisão	524	4.800 (a)	524	4.800
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológicos	(1.399)	31.122 (b)	(999)	32.138
Amortização do ativo intangível	(4.523)	(4.523)	(14.426)	(13.488)
Resultado na venda de investimentos	124.835	-	124.835 (c)	-
Resultado na atualização do valor justo dos ativos biológicos	99.998	(9.423)	95.179	(9.423)
Gastos com reorganização	(8.456)	-	(8.456)	-
Bônus adicional de performance	(23.569)	-	(25.729)	-
Baixa parcial de gastos com projetos suspensos	(85.749) (d)	-	(60.877) (d)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10.195)	1.519	(13.899)	7.297
Total de outras receitas operacionais	225.357	39.916	229.688	54.573
Total de outras despesas operacionais	(137.976)	(14.333)	(124.386)	(22.911)
Outras receitas operacionais líquidas	87.381	25.583	105.302	31.662

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi revertida parcialmente a provisão na alienação dos ativos de Turmalina, para o atendimento de cláusulas contratuais;

b) Inclui a alienação de imóveis não estratégicos utilizados pela Companhia no valor de R\$26.226;

c) Venda do ativo "Capim Branco" vide Nota 1.1 (b);

d) Inclui despesas relacionadas a suspensão dos projetos (vide nota 1.1 c)).

26 Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados a locação de áreas, escritórios, imóveis, central telefônica e equipamentos de hardware e serviço de instalação, cujos contratos foram celebrados em Reais, a Administração não possui a intenção de compra dos ativos ao final do contrato e o prazo dos contratos não são equivalentes.

Os pagamentos do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado da Companhia.

Descrição	Valor da parcela R\$ (mil)	Indexador	Vencimento
Escritório administrativo em Anhembi - SP	1	-	28/02/2014
Escritório administrativo em Avaré - SP	2	-	11/06/2014
Escritório administrativo em Araraquara - SP	1	IGP-M	02/05/2014
Escritório administrativo em Rio Claro - SP	2	-	31/03/2014
Escritório/Depósito em São Simão - SP	1	-	31/10/2014
Escritório administrativo em Rio Claro - SP	2	-	31/03/2014
Escritório administrativo de Lençóis Paulista – SP5	1	-	31/05/2014
Escritório administrativo em Itararé - SP	4	IGP-M	31/12/2015
Escritório administrativo em Itatinga - SP	2	IGP-M	01/04/2014
Depósito de madeira em Salesópolis - SP	4	-	15/05/2014
Escritório administrativo em Biritiba Mirim - SP	-	-	31/07/2014
Escritório administrativo em Teresina - PI	6	IGP-M	01/09/2014
Escritório administrativo em São Paulo - SP	320	IGP-FGV	22/06/2017
Central telefônica e licenças	43	-	19/05/2015
Central telefônica e licenças	17	-	15/08/2015

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais vincendos eram os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Até um ano	4.744	4.503
Mais de um ano e até três anos	8.075	8.272
Mais de três e até cinco anos	1.919	5.400
Total das parcelas vincendas	14.738	18.175

27 Resultado Financeiro, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas de juros	256.176	302.944	246.430	295.198
Variações monetárias e cambiais ativas	359.675	53.978	322.329	46.373
Ganhos em operações com derivativos	17.988	6.434	31.084	9.372
Total das receitas financeiras	633.839	363.356	599.843	350.943
Despesas de juros	(675.339)	(564.343)	(681.558)	(575.291)
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.046.881)	(509.399)	(1.034.722)	(503.225)
Perdas em operações com derivativos	(37.027)	(24.961)	(44.999)	(36.068)
Outras despesas financeiras	(70.731)	(67.700)	(94.105)	(91.698)
Total das despesas financeiras	(1.829.978)	(1.166.403)	(1.855.384)	(1.206.282)
Resultado financeiro líquido	(1.196.139)	(803.047)	(1.255.541)	(855.339)

28 Receita Líquida

Demonstramos a seguir a reconciliação da receita bruta e a receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta de vendas	6.444.849	5.785.037	6.589.727	5.981.761
Deduções				
Impostos sobre vendas	(820.998) (a)	(715.161)	(829.685) (a)	(722.316)
Devoluções e cancelamentos	(52.203)	(44.798)	(57.627)	(54.758)
Descontos e abatimentos	(13.790)	(12.395)	(13.790)	(12.395)
Receita Líquida	5.557.858	5.012.683	5.688.625	5.192.292

(a) Inclui o montante relativo a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS instituído pela Lei nº 12.715/12 e o Decreto 7.828/12 de 1% sobre a receita bruta, com vigência até 31 de dezembro de 2014.

29 Informações por Segmento

29.1 Segmento operacional

A Administração definiu como segmentos operacionais Celulose e Papel. As informações apresentadas nas colunas Não Segmentado referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Papel e Celulose como, por exemplo, gastos com tecnologia da informação, resultado financeiro líquido e administrativos, entre outros.

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são as seguintes:

	31/12/2013				31/12/2012			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total
Receita líquida	2.577.288	3.111.337	-	5.688.625	2.188.731	3.003.561	-	5.192.292
Resultado financeiro líquido	-	-	(1.255.541)	(1.255.541)	-	-	(855.339)	(855.339)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	105.302	105.302	-	-	31.662	31.662
Resultado operacional	412.388	457.877	(1.150.239)	(279.974)	118.247	385.994	(815.225)	(310.984)
Total dos ativos	12.832.084	5.527.949	8.789.310	27.149.343	11.288.150	5.213.124	8.852.163	25.353.437

29.2 Informação sobre área geográfica

As áreas geográficas são determinadas baseadas na localização do mercado consumidor. As receitas líquidas da Companhia classificadas por área geográfica podem ser assim representadas:

	Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Celulose	Papel	Total	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	2.577.288	3.111.337	5.688.625	2.188.731	3.003.561	5.192.292
Mercado Interno	523.206	2.185.989	2.709.195	457.633	2.068.146	2.525.779
Mercado Externo	2.054.082	925.348	2.979.430	1.731.098	935.415	2.666.513
Ásia	940.401	30.226	970.627	776.396	53.808	830.204
Europa	785.353	139.822	925.175	718.812	149.632	868.444
América do Norte	289.926	361.359	651.285	190.827	289.635	480.462
América do Sul e Central	38.402	389.362	427.764	45.063	437.919	482.982
África	-	4.579	4.579	-	4.421	4.421

30 Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custos variáveis, fixos demais despesas comerciais e administrativas	3.135.094	3.206.090	3.220.172	3.297.157
Gastos com pessoal	688.419	632.962	708.802	655.172
Depreciação, exaustão e amortização	877.260	709.697	889.386	727.270
	4.700.773	4.548.749	4.818.360	4.679.599

31 Ativos Mantidos para Venda

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os ativos imobilizados não estratégicos classificados como mantidos para venda, tiveram suas transações de alienação concluídas cujo resultado auferido de R\$130.222 encontra-se registrado líquido na rubrica Outras Receitas Operacionais, Líquidas (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos em negociação estão abaixo apresentados:

Ativos	Empresa	Classe Imobilizado	Valor contábil 31/12/2012
Participação no Consórcio Capim Branco Energia	Paineiras	Outros Ativos (Usina Hidrelétrica)	185.034
Terrenos	Suzano	Terrenos	189
Imóvel	Suzano	Edificações	1.675
			186.898

Usina Hidrelétrica – Participação na Usina Amador Aguiar (Capim Branco) em Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía empréstimo junto ao BNDES referente a esse ativo, registrado na rubrica Empréstimos e Financiamentos, no balanço Consolidado, nos montantes de R\$35.344 no passivo circulante.

Terrenos – Referem-se a gleba de terras em Jundiapéba/SP alienados através de leilão em dezembro/2012; e

Imóvel – Refere-se a imóvel industrial não utilizado pela Companhia em São Paulo, alienado através de leilão em dezembro/2012.

Em 31 de dezembro de 2012, os adiantamentos recebidos referente ao terreno e imóvel, nos montantes de R\$1.850 e R\$2.160, respectivamente, estão apresentados separadamente nas demonstrações financeiras na rubrica “Adiantamentos referente ativos mantidos para venda”.

32 Compromissos

32.1 Vale Florestar

Em 2009 a Companhia firmou contrato com a Vale para aquisição de 31,5 milhões m³ de madeira provenientes de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará desde 2007, a serem fornecidas à Companhia durante o período de 2014 a 2028. Os preços desses volumes, calculados com base em fórmulas pré-estabelecidas em contrato, serão apurados quando das épocas de colheita.

32.2 Transporte ferroviário

Para atender parcela importante da estrutura logística necessária para a futura Unidade Industrial do Maranhão, a Companhia firmou contrato com a Ferrovia Norte Sul S.A. para o transporte ferroviário de 1,3 milhão de toneladas ao ano de celulose de eucalipto a partir de 2014, pelo prazo de 360 meses contados a partir do primeiro dia do mês imediatamente subsequente ao efetivo início da operação desta nova planta industrial.

32.3 Construção da unidade industrial do Maranhão

A Companhia firmou contratos com os fornecedores descritos abaixo para aquisição de itens para construção da unidade do Maranhão, no montante aproximado de R\$ 2.973.789 o que inclui o valor inicial contratado e adicionais ocorridos durante a obra. Em 31 dezembro de 2013, o saldo residual desses compromissos é de aproximadamente 5% do valor contratado. Os contratos possuem cláusulas relacionadas a garantia de performance após o início das atividades da fábrica e estipulação de multas condicionadas ao atendimento dos parâmetros de avaliação, ainda em processo de apuração.

Fornecedor	Data da contratação	Descrição dos itens
CentroProjekt do Brasil S.A.	23/03/2012	Estação de Tratamento de Esgoto ("ETE")
Veolia Water Systems Brasil Ltda	19/12/2011	Estação de Tratamento de Água ("ETA") e Estação de Tratamento de Água para Caldeira ("ETAC")
Siemens	18/04/2011	Turbogeradores e Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia até 230 kV
Metso	18/04/2011	(i) Pátio de Madeira; (ii) Cozimento e Lavagem; (iii) Linha de Fibras; (iv) 2 Secadoras, Enfardamento e Expedição; (v) Caldeira de Recuperação e Biomassa; (vi) Caustificação e Forno de Cal; (vii) Evaporação e (viii) sistemas de automação integrada (DCS - Distributed Control System).

33 Cobertura de Seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

Dentre as modalidades de seguros contratadas pela companhia, são destaques:

- **Riscos Operacionais:** Cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como Perda de Receita Bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 31 de dezembro de 2013, a importância segurada é de R\$17.036.528 e o limite máximo de indenização é de R\$5.447.500.
- **Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O):** Cobertura com objetivo de proteger a responsabilidade civil dos Executivos por perdas e danos resultantes de suas atividades como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2013, a importância segurada é de R\$55.000.
- **Responsabilidade Civil e Geral:** Reembolsa a companhia por indenizações decorrentes de sentenças transitadas em julgado ou por acordos previamente aprovados e autorizados pela seguradora por involuntários danos materiais e/ou físicos causados a terceiros decorrentes das atividades industriais e/ou comerciais, inclusive por poluição accidental. O seguro abrange também entre outros a responsabilidade do empregador, veículos contingentes, produto no território nacional. Em 31 de dezembro de 2013, a importância segurada é de R\$10.000.